

2018

RELATÓRIO E CONTAS

ambisousa[®] 

1. Introdução

O Conselho de Administração da Ambisousa, no cumprimento do disposto no artigo 16.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, bem como do artigo 29.º dos Estatutos da Empresa Pública Intermunicipal Ambisousa, apresenta os instrumentos de prestação de contas da empresa, o relatório da sua atividade e o parecer do fiscal único.

Lousada, 19 de março de 2019

O Conselho de Administração,



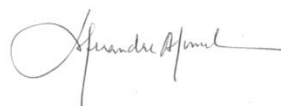
Dr. Antonino Sousa

Presidente



Dr. Nuno Fonseca

Vogal



Dr. Alexandre Almeida

Vogal

Mensagem do Conselho de Administração:

A Ambisousa foi oficialmente criada em outubro de 2002, tendo iniciado a sua atividade em janeiro de 2003.

Ao longo destes dezasseis anos, com grande empenho, foi possível passar da selagem das antigas lixeiras para soluções que foram incorporando as melhores tecnologias disponíveis a cada momento.

Assim, numa primeira fase e como alternativa às lixeiras, construíram-se dois aterros sanitários utilizando as melhores tecnologias disponíveis à época.

Numa lógica de redução dos resíduos conduzidos a aterro, apostou-se também, fortemente, na reciclagem. Com o apoio dos fundos comunitários, começou por se melhorar a rede da recolha seletiva, a aumentar as campanhas de sensibilização ambiental e a dar corpo às mais modernas instalações de triagem, processo este que culminou com a construção da nova estação de triagem de Lustosa e a reformulação da estação de triagem de Rio Mau. Estas duas obras contaram com o apoio a 85% do POSEUR e o custo final das intervenções foi de cerca de 5 milhões de euros.

O plano de ação, que consagrará a redução de resíduos orgânicos conduzidos a aterro, deve abordar com mais detalhe este aspeto.

A construção de estruturas que venham substituir os actuais aterros sanitários, que inevitavelmente caminham para o esgotamento, são desafios que a Ambisousa terá de enfrentar e resolver no futuro, sempre com o devido suporte técnico que acautele as incidências ambientais e que é fundamental para a decisão política a tomar.

O Conselho de Administração,



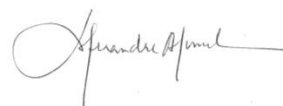
Dr. Antonino Sousa

Presidente



Dr. Nuno Fonseca

Vogal



Dr. Alexandre Almeida

Vogal

2. Sumário

Os resíduos de embalagem representam uma parte significativa dos resíduos urbanos produzidos no Vale do Sousa e, dado o elevado potencial de reciclabilidade que estes resíduos possuem, torna-se fundamental promover a sua recuperação e subsequente valorização, assumindo-se uma área como prioritária para a Ambisousa.

A aprovação da Portaria n.º 187-A/2014, de 17 de setembro (PERSU 2020 - Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2020) veio definir metas específicas para cada sistema de gestão de RU que asseguram, no seu todo, o cumprimento nacional das metas comunitárias e que têm por base os princípios de equidade e de proporcionalidade de esforço, reconhecendo as boas práticas e incentivando ao maior esforço nos restantes casos. O PERSU 2020 assume metas ainda mais ambiciosas do que as estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 92/2006, de 25 de maio (transposição da Diretiva “Embalagens”), encontrando-se agora atribuídas metas específicas à Ambisousa, relativamente a mínimos de preparação para reutilização e reciclagem, à máxima deposição de RUB (Resíduos Urbanos Biodegradáveis) em aterro e às retomas de recolha seletiva.

Deste modo, tendo em conta as orientações do PERSU 2020 e o cumprimento estrito das metas estabelecidas, a atuação da Ambisousa passará por implementar ações que vão de encontro à motivação para incrementar a prevenção, a reciclagem e a reutilização, bem como ao desvio efetivo dos RUB de aterro. Nesta perspetiva, a deposição em aterro deverá ser encarada como a última opção de tratamento dos resíduos produzidos.

Em 2018 foram produzidas 140.226,98 toneladas de resíduos urbanos no Vale do Sousa, das quais 93% foram depositadas em aterro sanitário e apenas 7% recolhidas e encaminhadas para valorização em unidades de triagem. Este facto permite constatar a elevada dependência do Sistema nos aterros sanitários existentes.

O aterro sanitário de Penafiel recebeu 67.088,54 toneladas de resíduos provenientes da recolha indiferenciada, enquanto o aterro sanitário de Lustosa rececionou 62.927,87 toneladas, correspondendo na globalidade a um aumento de 4,7%, face a 2017.

As unidades de triagem da Ambisousa receberam 10.210,57 toneladas de resíduos potencialmente valorizáveis, das quais 8.281,82 toneladas foram efetivamente enviadas para reciclagem e valorização.

A taxa de reciclagem no ano de 2018 foi de aproximadamente 39%, correspondendo a uma subida de 3 pontos percentuais, comparativamente com a taxa obtida em 2017. No entanto, a taxa de reciclagem obtida e a aferição do grau de cumprimento da meta “retomas de recolha seletiva” do PERSU 2020, calculada para o ano em análise, evidenciam ainda a necessidade de apostar no reforço de medidas que contribuam de uma forma efetiva para o aumento da reciclagem no Vale do Sousa.

A Ambisousa encara a prevenção de RU como um passo fundamental na sua gestão, procurando, através da execução anual de um conjunto planeado de ações e iniciativas, contribuir para a redução da produção de resíduos e mitigar os impactes negativos que advenham da sua gestão. É pois, com elevada satisfação, que verificamos que as metas traçadas neste âmbito pela Ambisousa têm sido cumpridas na sua generalidade.

No âmbito da Semana Europeia da Prevenção de Resíduos (EWWR 2018), foram realizadas várias iniciativas em todos os Municípios do Vale do Sousa, cujo sucesso atingido contribuiu fortemente para a notoriedade crescente que a Ambisousa tem vindo a alcançar neste domínio. Estas ações ocorreram entre os dias 17 e 24 de novembro, sendo o tema central a “*Prevenção de Resíduos Perigosos: hora de desintoxicação!*”.

Enquadrado também no domínio da prevenção da produção de resíduos, surge o projeto de compostagem doméstica da Ambisousa. Este projeto foi iniciado em 2009, sob forma de projeto-piloto no Município de Paços de Ferreira. Atendendo ao sucesso do mesmo, o projeto foi progressivamente alargado aos restantes Municípios, possibilitando que em finais de 2016 estivessem disponibilizados 1.361 compostores domésticos no Vale do Sousa.

No âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), a Ambisousa viu aprovada em julho de 2016 uma candidatura para reforço da compostagem doméstica de RUB, materializada na aquisição e distribuição de 4.000 compostores domésticos pela população do Vale do Sousa.

Neste sentido, a Ambisousa implementou em 2017 a campanha “à terra só o que é da terra”, tendo sido distribuídos 2018 compostores domésticos nesse ano e 1992 compostores no ano de 2018: 174 em Castelo de Paiva, 305 em Felgueiras, 175 em Lousada, 242 em Paços de Ferreira, 510 em Paredes e 586 compostores em Penafiel. Foi com extrema satisfação que constatamos que o objetivo delineado em 2017 e ao qual nos comprometemos com o POSEUR foi atingido com sucesso.

Atendendo ao total de compostores domésticos já distribuídos (5.371 - 458 em Castelo de Paiva, 604 em Felgueiras, 578 em Lousada, 1.154 em Paços de Ferreira, 983 em Paredes e 1.594 compostores em Penafiel), estima-se que em 2018 possam estar diretamente abrangidos por este projeto cerca de 16.394 habitantes. Estima-se também que possam ter sido desviadas de aterro sanitário aproximadamente 1.239 toneladas de resíduos biodegradáveis, bem como produzidas cerca de 552 toneladas de composto.

Relativamente às campanhas de sensibilização ambiental, a Ambisousa voltou a promover a campanha “Papel com Valor!”, de incentivo à reciclagem do fluxo de papel/cartão e a campanha “Dá um desconto aos teus Plásticos”, iniciativa direcionada à reciclagem do fluxo de embalagens plásticas.

Em ambas as campanhas tivemos como aderentes várias instituições e entidades particulares, possibilitando o encaminhamento para reciclagem de aproximadamente 710 toneladas de papel, assim como de 12 toneladas de embalagens plásticas.

No ano de 2018 foram valorizadas 9,48 toneladas de resíduos urbanos biodegradáveis nas instalações da Central de Valorização Orgânica da LIPOR, provenientes de uma recolha seletiva dedicada aos grandes produtores do Vale do Sousa. Os quantitativos recolhidos representaram uma diminuição de 85%, face a 2017.

No campo da intervenção social queremos destacar o Projeto “Tampinhas & Embalagens”, tendo a Ambisousa rececionado em 2018 cerca de 126 toneladas de tampas plásticas, bem como 75 toneladas de embalagens plásticas, provenientes de diversas instituições. Neste âmbito e durante o ano a que se reporta o presente Relatório, foi disponibilizado material correspondente a 113.000 €.

Até ao momento, a Ambisousa recebeu mais de 2.190 toneladas de tampas e cerca de 501 toneladas de embalagens, tendo disponibilizado 1.616.586 € em material ortopédico.

No âmbito das visitas às instalações da Ambisousa, em 2018 formos visitados por 241 pessoas, provenientes de escolas, universidades e instituições particulares.

A educação e sensibilização ambiental como instrumento de formação para fomentar novas consciências ecológicas é um dos pontos-chave da atividade desenvolvida pela Ambisousa. As escolas são, locais por excelência onde podem, e devem, ser desenvolvidas atividades pedagógicas relacionadas com o meio ambiente, em especial com os resíduos. Desta forma, a Ambisousa comemorou mais uma vez o Dia Mundial do Ambiente no Aterro Sanitário de Lustosa com várias escolas do Vale do Sousa.

Para além da candidatura de reforço da compostagem doméstica de RUB, referida anteriormente, a Ambisousa viu aprovada em 2016 uma segunda candidatura para “Reforço da recolha seletiva e triagem de resíduos urbanos” (POSEUR-03-1911-FC-000050). Esta candidatura consiste na reformulação das atuais estações de triagem de Lustosa e Penafiel e visa canalizar fluxos diferenciados da recolha seletiva para cada uma das instalações, tendo em vista a otimização e o reforço das estações de triagem. Nesta candidatura está prevista a demolição completa da atual triagem de Lustosa e a utilização desse mesmo espaço para a reformulação da unidade, dotando-a da mais recente tecnologia de separação multimaterial automatizada. Relativamente à estação de Penafiel, as intervenções previstas vão fundamentalmente no sentido de a adaptar às novas necessidades de triagem do papel/cartão. O custo total do investimento previsto é de 6.392.978 €, sendo a contribuição do fundo de coesão de 5.218.942,63 €, correspondente a uma taxa de cofinanciamento de 85%. Em 2018 deu-se continuidade à empreitada de reformulação da triagem de Lustosa, envolvendo também a montagem dos equipamentos eletromecânicos previstos.

Para além da reformulação das triagens, esta candidatura envolveu o reforço e densificação da atual rede de ecopontos em 461 unidades, permitindo melhorar a acessibilidade ao serviço de recolha seletiva e subsequentemente o aumento dos quantitativos recolhidos seletivamente.

Relativamente aos ecopontos visados nesta candidatura, a respetiva distribuição também se iniciou em novembro de 2017, tendo até final de 2018 sido entregues a totalidade dos ecopontos aos Municípios da Ambisousa.

Em termos de produção de energia, as centrais de valorização energética a biogás dos aterros sanitários de Lustosa e Rio Mau produziram 5.664.997 kWh de eletricidade, quantidade equivalente ao consumo de aproximadamente 1.542 habitações. Acerca da produção de energia nas centrais fotovoltaicas, em 2018 foram produzidas 177.942 kWh, correspondendo a uma diminuição de aproximadamente 15%, face a 2017.

Em 2018 a Ambisousa esteve presente em vários eventos públicos, com o intuito de contribuir para uma maior sensibilização e educação ambiental.

A candidatura das “Ações de Educação e Sensibilização com vista à valorização de resíduos” foi aprovada pelo POSEUR em 2017, integrando um “Plano das ações de educação e sensibilização com vista à valorização de resíduos urbanos”. O conjunto de ações consideradas têm o principal enfoque nos primeiros patamares da pirâmide de gestão de resíduos ou seja ao nível da prevenção e redução e da preparação para a reutilização e reciclagem.

3- Deposição de RSU

No ano de 2018, foram produzidas no Vale do Sousa 140.226,98 toneladas de Resíduos Urbanos (RU)¹, das quais 130.465,53 toneladas foram confinadas nos aterros sanitários de Lustosa (63.080,43 toneladas) e de Penafiel (67.385,10 toneladas).

Em termos de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), no ano de 2018 foram produzidas 130.016,41 toneladas, o que se traduziu, face ao ano de 2017, num aumento de 5.819 toneladas (4,7%), sendo a respetiva taxa de captação no Vale do Sousa de 1,1 kg/hab.dia.

Tabela 1 - RSU depositados no Aterro Sanitário de Penafiel (ton.)

Mês	Castelo de Paiva	Paredes	Penafiel	Refugo	Total (ton.)
Janeiro	450,02	3 042,26	2 272,54	0,00	5 764,82
Fevereiro	363,50	2 441,34	1 818,86	12,78	4 636,48
Março	451,90	3 049,18	2 347,34	18,78	5 867,20
Abril	417,76	2 845,88	2 140,46	20,02	5 424,12
Maio	419,22	2 930,60	2 143,36	0,00	5 493,18
Junho	435,78	3 106,64	2 236,88	39,04	5 818,34
Julho	488,84	3 120,72	2 365,12	80,66	6 055,34
Agosto	499,24	3 212,24	2 580,16	3,64	6 295,28
Setembro	394,68	2 903,00	2 175,38	20,78	5 493,84
Outubro	433,82	2 863,68	2 276,70	46,06	5 620,26
Novembro	381,10	2 859,00	2 095,98	33,42	5 369,50
Dezembro	398,08	2 916,26	2 211,02	21,38	5 546,74
Total	5 133,94	35 290,80	26 663,80	296,56	67 385,10

No mesmo período, no Aterro Sanitário de Lustosa, foram depositadas as seguintes quantidades de RSU:

Tabela 2 - RSU depositados no Aterro Sanitário de Lustosa (ton.)

Mês	Felgueiras	Lousada	Paços de Ferreira	Paredes	Penafiel	Refugo	Total (ton.)
Janeiro	1 876,60	1 423,02	1 881,70			0,00	5 181,32
Fevereiro	1 604,50	1 217,66	1 566,96			4,70	4 393,82
Março	2 046,58	1 557,82	1 906,92			14,00	5 525,32
Abril	1 850,80	1 424,88	1 842,40			13,24	5 131,32
Maio	1 868,62	1 453,24	1 833,58		12,36	9,96	5 177,76
Junho	1 990,14	1 562,88	1 927,36			16,60	5 496,98
Julho	1 997,76	1 594,22	2 008,92			8,56	5 609,46
Agosto	2 155,62	1 698,10	2 069,19			23,10	5 946,01

¹ RSU + Resíduos rececionados nas Unidades de Triagem;

Mês	Felgueiras	Lousada	Paços de Ferreira	Paredes	Penafiel	Refugo	Total (ton.)
Setembro	1 879,36	1 447,90	1 797,06			7,10	5 131,42
Outubro	1 916,90	1 461,88	1 869,94			17,96	5 266,68
Novembro	1 793,42	1 351,20	1 815,08			18,92	4 978,62
Dezembro	1 923,56	1 460,48	1 836,54	2,72		18,42	5 241,72
Total	22 903,86	17 653,28	22 355,65	2,72	12,36	152,56	63 080,43

No ano de 2018 foram produzidas 543,74 ton. de refugo proveniente das estações de triagem da Ambisousa (181,46 ton. da estação de triagem de Lustosa e 362,28 ton. da estação de triagem de Rio Mau), tendo sido confinadas em aterro sanitário 449,12 ton (152,56 ton em Lustosa e 296,56 ton em Rio Mau). Foram ainda encaminhadas 94,62 ton. do refugo produzido para a Central de Valorização Energética da LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto.

Deste modo, conforme referido anteriormente, a deposição global de resíduos em aterros do Vale do Sousa foi de 130.465,53 ton. (tabela 3).

Tabela 3- Resíduos depositados em aterro no Vale do Sousa (ton.)

Mês	Castelo de Paiva	Felgueiras	Lousada	Paços de Ferreira	Paredes	Penafiel	Refugos depositados em aterro	Total (ton.)
Janeiro	450,02	1 876,60	1 423,02	1 881,70	3 042,26	2 272,54	0,00	10 946,14
Fevereiro	363,50	1 604,50	1 217,66	1 566,96	2 441,34	1 818,86	17,48	9 030,30
Março	451,90	2 046,58	1 557,82	1 906,92	3 049,18	2 347,34	32,78	11 392,52
Abril	417,76	1 850,80	1 424,88	1 842,40	2 845,88	2 140,46	33,26	10 555,44
Maio	419,22	1 868,62	1 453,24	1 833,58	2 930,60	2 155,72	9,96	10 670,94
Junho	435,78	1 990,14	1 562,88	1 927,36	3 106,64	2 236,88	55,64	11 315,32
Julho	488,84	1 997,76	1 594,22	2 008,92	3 120,72	2 365,12	89,22	11 664,80
Agosto	499,24	2 155,62	1 698,10	2 069,19	3 212,24	2 580,16	26,74	12 241,29
Setembro	394,68	1 879,36	1 447,90	1 797,06	2 903,00	2 175,38	27,88	10 625,26
Outubro	433,82	1 916,90	1 461,88	1 869,94	2 863,68	2 276,70	64,02	10 886,94
Novembro	381,10	1 793,42	1 351,20	1 815,08	2 859,00	2 095,98	52,34	10 348,12
Dezembro	398,08	1 923,56	1 460,48	1 836,54	2 918,98	2 211,02	39,80	10 788,46
Total	5 133,94	22 903,86	17 653,28	22 355,65	35 293,52	26 676,16	449,12	130 465,53

O peso de cada Município do Vale do Sousa na quantidade de RSU produzida está patente no gráfico seguinte.

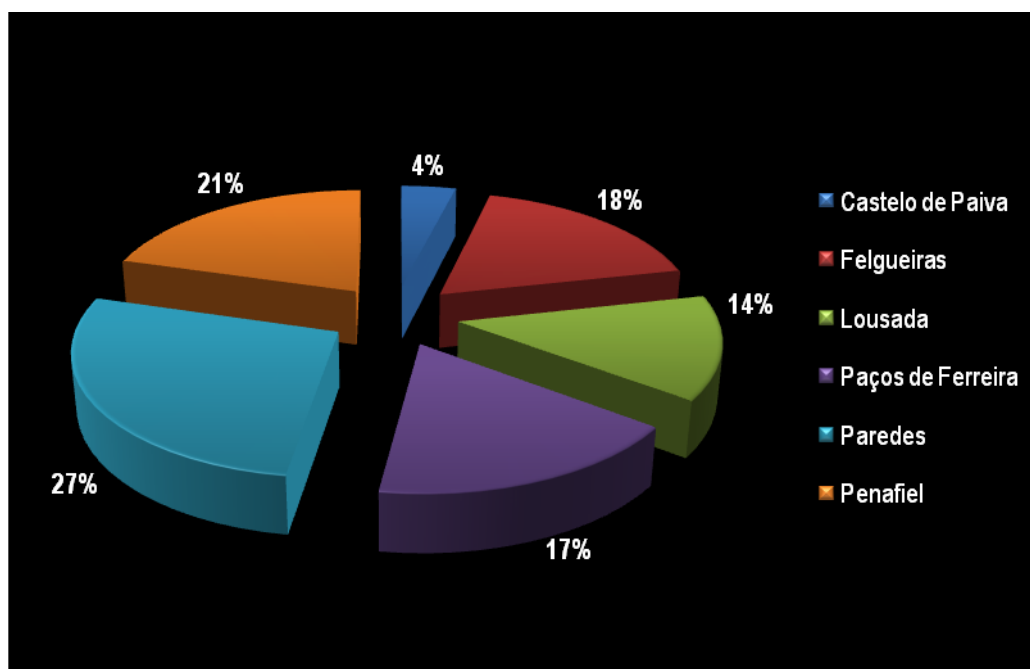


Gráfico 1- Distribuição percentual da quantidade de RSU produzida em cada Município

Em termos de capitação diária, verifica-se uma produção de RSU semelhante em todos os Municípios da Ambisousa (Tabela 4).

Tabela 4 - Capitação dos Municípios em termos de RSU produzidos

Município	População residente ²	RSU depositados (ton)	Capitação diária (kg RSU/hab.dia)
Castelo de Paiva	15 797	5 133,94	0,9
Felgueiras	56 950	22 903,86	1,1
Lousada	46 900	17 653,28	1,0
Paços de Ferreira	56 838	22 355,65	1,1
Paredes	86 263	35 293,52	1,1
Penafiel	70 333	26 676,16	1,0
Total	333 081	130 016,41	1,1

² População Residente (Estimativas INE, 2016)

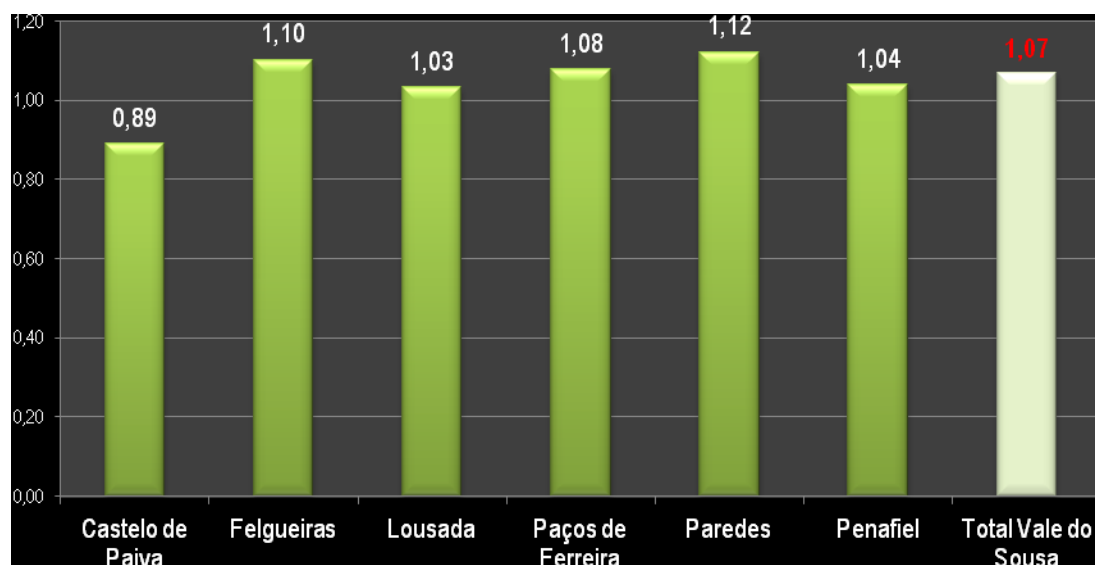


Gráfico 2 - Capitação diária (kg RSU/hab.dia)

No gráfico 3 apresentam-se os valores de capitação diária no Vale do Sousa nos últimos quatro anos, permitindo concluir que, em termos médios, cada habitante produz diariamente 1kg de RSU, sendo posteriormente encaminhados para deposição em aterro.

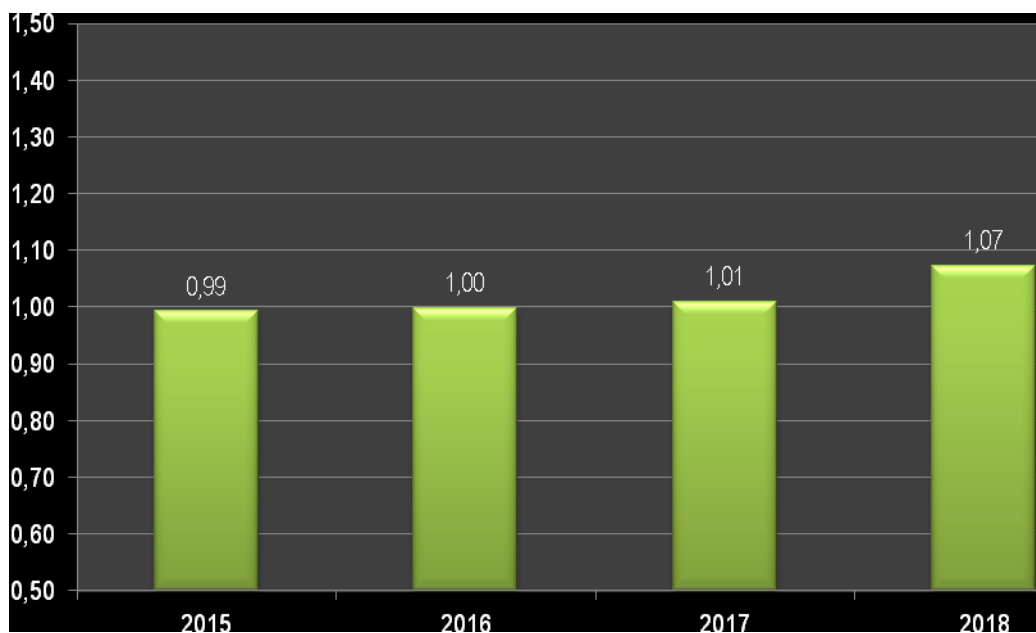


Gráfico 3 – Evolução da capitação média diária no Vale do Sousa (kg RSU/hab.dia), desde 2015

4. A Reciclagem no Vale do Sousa

4.1. Quantidades rececionadas nas Estações de Triagem e Centro de Receção de REEE da Ambisousa

Em 2018 as estações de triagem da Ambisousa rececionaram um total de 10.210,57 toneladas de resíduos, dos quais cerca de 91% tiveram origem direta dos respetivos municípios. Com este resultado, a Ambisousa viu pela primeira vez superada a barreira das dez mil toneladas de material potencialmente valorizável, tendo a distribuição de 461 novos ecopontos (via candidatura ao POSEUR), bem como a existência de ações especificamente dirigidas à reciclagem por parte de alguns municípios, como por exemplo o Projeto “Lixo Sustentável” em Lousada, sido determinantes no sucesso alcançado.

Comparativamente com o ano de 2017, ao nível das entradas de material passível de ser triado³, verifica-se um aumento de aproximadamente 1.610 toneladas, correspondendo a um acréscimo de 16,4%.

Na tabela seguinte apresenta-se o contributo de cada Município do Vale do Sousa, relativo ao material enviado diretamente para reciclagem.

Tabela 5 - Contribuição de cada Município para a reciclagem⁴

Mês	Castelo de Paiva	Felgueiras	Lousada	Paços de Ferreira	Paredes	Penafiel	Total
Janeiro	40,26	112,57	96,65	125,20	283,17	193,86	851,71
Fevereiro	25,10	102,13	99,63	108,73	168,74	124,84	629,17
Março	16,34	106,57	89,61	118,58	184,52	144,40	660,02
Abril	23,04	101,04	100,61	132,52	160,14	127,60	644,94
Maior	17,26	113,40	101,79	132,81	129,54	162,36	657,16
Junho	22,10	127,28	103,58	106,16	199,06	151,68	709,86
Julho	39,78	106,77	125,39	150,01	181,00	178,92	781,87
Agosto	34,00	149,19	165,19	164,48	187,16	205,80	905,81
Setembro	24,64	108,70	135,47	148,65	350,56	192,20	960,22
Outubro	26,78	144,92	148,65	155,41	243,10	190,02	908,87
Novembro	17,64	128,06	136,67	136,08	166,70	183,64	768,80
Dezembro	28,58	115,88	127,34	140,38	212,86	139,68	764,72
Total	315,52	1 416,52	1 430,57	1 619,00	2 466,55	1 995,00	9 243,15
%	3%	15%	15%	18%	27%	22%	100%

³ Excluindo os RUB recolhidos seletivamente e a madeira não-embalagem;

⁴ A Contribuição de cada Município para a reciclagem é obtida em função dos quantitativos de material, com origem municipal, que deram entrada nas Estações de Triagem de Lustosa e de Rio Mau, bem como no Centro de Receção de REEE e de Desmantelamento de Colchões (ambos localizados em Rio Mau).

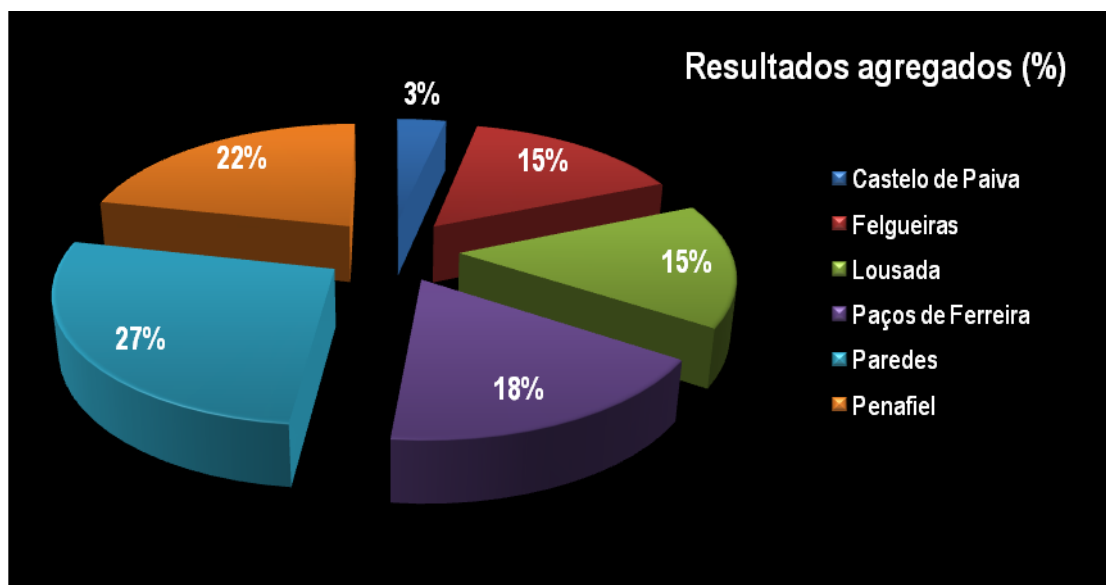


Gráfico 4 - Contributo percentual dos Municípios para a reciclagem (%)

Em termos absolutos, Paredes mantém-se como o município que mais contribui para a reciclagem na Ambisousa, contribuindo com 27% do total de resíduos rececionados, seguindo-se Penafiel e Paços de Ferreira, com 22% e 18%, respetivamente.

A distribuição por fileira dos resíduos rececionados provenientes dos Municípios, apresenta-se na tabela seguinte:

Tabela 6 - Distribuição do material rececionado por fileira (ton)⁵

Mês	Plásticos	Papel/Cartão	Vidro	Embalagens Metálicas	Madeira	Sucata	REEE	Colchões	Pilhas	TOTAL
Janeiro	163,60	274,04	380,11	0,00	0,00	7,14	4,02	22,80	0,00	851,71
Fevereiro	117,78	236,76	242,06	0,00	0,00	7,02	12,36	12,88	0,31	629,17
Março	140,30	238,40	235,62	0,00	0,00	11,26	19,22	15,22	0,00	660,02
Abril	124,26	236,62	246,36	0,00	0,00	15,70	6,68	15,32	0,00	644,94
Maio	124,46	228,28	265,56	0,00	0,00	8,92	15,50	14,44	0,00	657,16
Junho	147,92	246,74	284,12	0,00	0,00	1,70	5,64	23,70	0,04	709,86
Julho	152,66	263,31	337,50	0,00	0,00	9,48	6,84	12,08	0,00	781,87
Agosto	152,28	287,47	433,36	0,00	0,00	6,16	6,38	19,96	0,20	905,81
Setembro	147,92	288,78	491,76	0,00	0,00	6,44	9,48	15,76	0,08	960,22
Outubro	186,30	304,88	373,32	0,00	0,00	9,02	10,08	25,20	0,07	908,87
Novembro	163,68	249,98	308,92	0,00	0,00	7,50	12,08	26,64	0,00	768,80
Dezembro	135,98	297,66	300,22	0,00	0,00	5,02	2,58	23,26	0,00	764,72
Total	1 757,14	3 152,92	3 898,91	0,00	0,00	95,36	110,86	227,26	0,70	9 243,15
%	19,01%	34,11%	42,18%	0,00%	0,00%	1,03%	1,20%	2,46%	0,01%	100,00%

⁵ Considerando apenas os resíduos com origem direta nos Municípios.

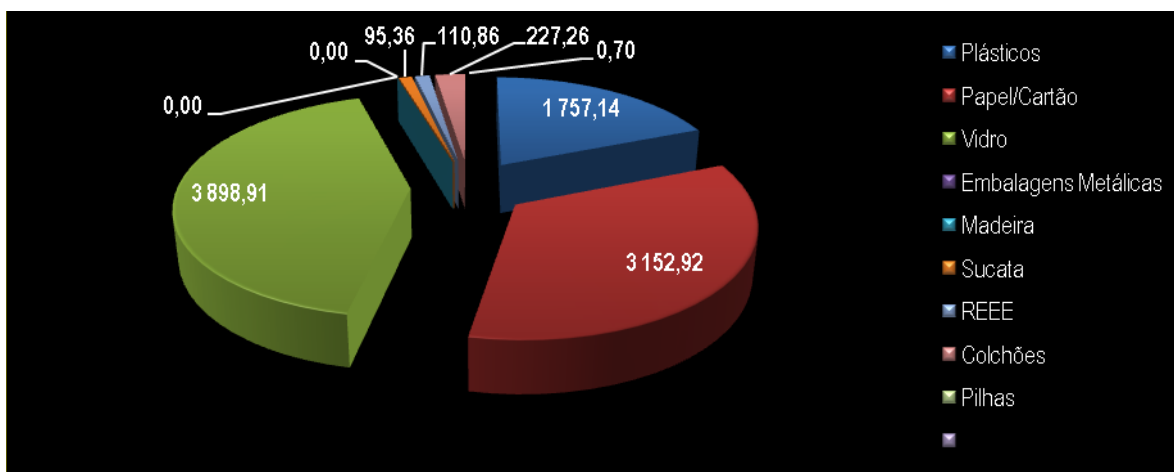


Gráfico 5 — Quantitativos agregados por fileira de resíduos (ton)

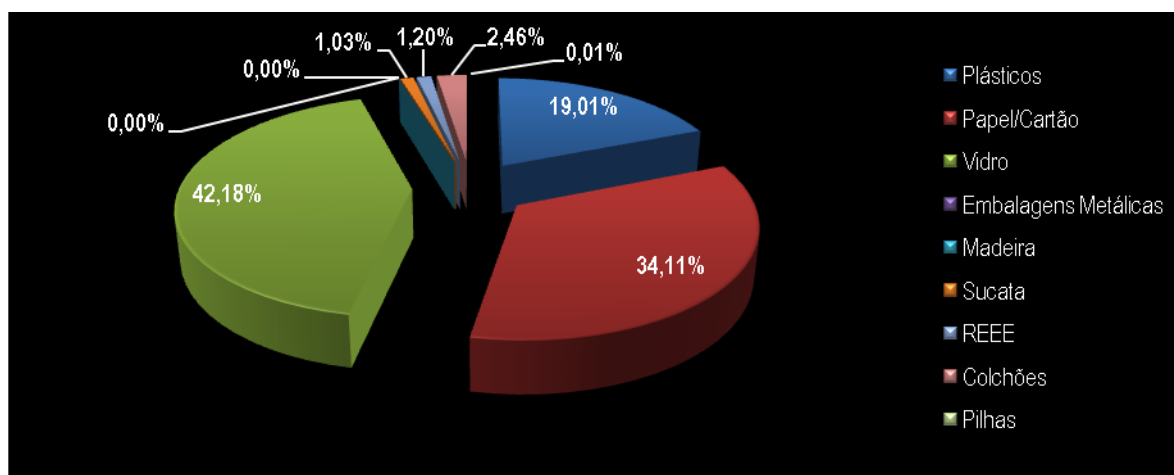


Gráfico 6 — Distribuição percentual do material rececionado por fileira (%)

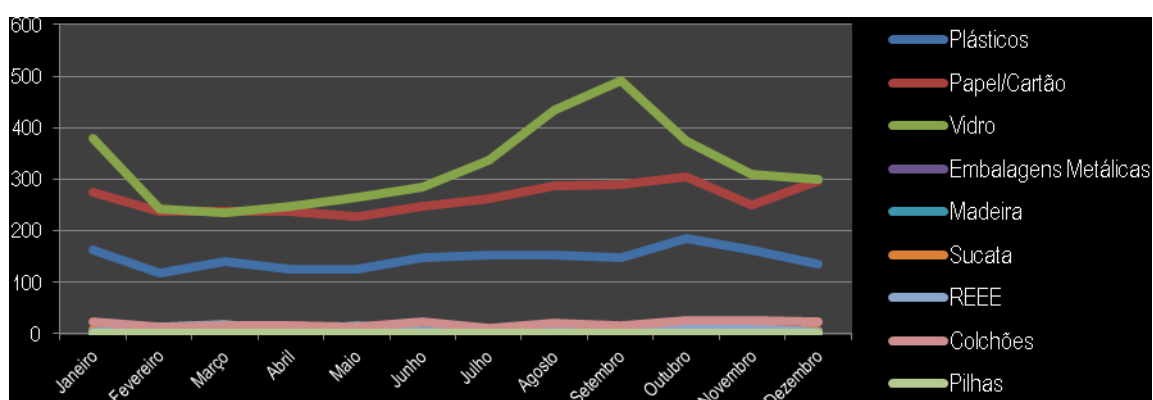


Gráfico 7 - Evolução dos resíduos provenientes dos Municípios (ton.)

Para além dos resíduos com proveniência direta dos Municípios, a Ambisousa receciona também nas suas unidades de triagem resíduos com outras origens, designadamente particulares, instituições, escolas, etc. Para este facto, em muito contribuem as várias campanhas e ações de carácter ambiental e social que a Ambisousa tem promovido, como é o caso do projeto “Tampinhas e Embalagens” ou as campanhas “Papel com Valor” ou “Dá um desconto aos teus plásticos”.

Neste âmbito, durante o ano de 2018 foram rececionadas cerca de 925 toneladas de resíduos. Estes quantitativos representaram um aumento de aproximadamente 50%, face a 2017.

Tabela 7 - Resumo anual de Outros Resíduos (ton.) rececionados nas instalações da Ambisousa

	Entregas privadas	"Projeto Tampinhas & Embalagens"		"Papel com Valor"	"Dá um desconto aos teus"	TOTAL
	REEE	Tampas plásticas	Embalagens Plásticas	Papel/Cartão	Plásticos	
Janeiro	0,00	16,52	10,04	0,00	0,00	26,56
Fevereiro	0,30	5,80	5,14	40,95	1,03	53,22
Março	0,00	7,11	2,19	33,62	1,02	43,94
Abril	0,16	7,56	4,96	41,32	1,37	55,37
Maio	0,00	10,74	4,66	66,59	1,02	83,01
Junho	0,00	17,16	7,58	61,98	1,58	88,30
Julho	0,00	12,49	8,65	67,16	0,66	88,96
Agosto	0,02	11,05	7,41	85,89	0,78	105,15
Setembro	0,00	6,96	5,04	68,16	1,77	81,93
Outubro	0,00	8,58	5,08	80,58	1,40	95,64
Novembro	0,08	14,00	9,62	68,86	0,84	93,40
Dezembro	0,00	8,81	4,64	95,10	0,83	109,38
TOTAL	0,56	126,78	75,01	710,21	12,30	924,86

Embora não tenham sido alvo de triagem propriamente dita, no ano de 2018 foram recolhidas 9,48 toneladas de resíduos orgânicos em grandes produtores do Vale do Sousa, tendo sido posteriormente encaminhadas para valorização orgânica em instalações da LIPOR.

Foram também encaminhadas para retoma em operador privado 33,08 toneladas de madeira não-embalagem provenientes do ecocentro de Felgueiras

Na tabela seguinte apresenta-se a totalidade dos materiais com potencial valorização rececionados pela Ambisousa, independentemente da respetiva origem ou tipologia de material.

Tabela 8 – Totalidade de material com potencial valorização rececionados pela Ambisousa (ton)

Meses	Proveniência direta dos Municípios da Ambisousa (ton.)									Outra proveniência (ton.)							TOTAL
	Plásticos	Papel/ Cartão	Vidro	Embalagen s Metálicas	Embalagens de Madeira	Sucata	REEE	Colchões	Pilhas	Entrega s privada s	"Projeto Tampinhas"		"Papel com Valor"	"Dá um desconto aos teus plásticos"	Resíduos orgânicos recolhidos seletivame nte	Madeira não- embalage m	
										REEE	Tampas plásticas	Embalag ens plásticas	Papel/Cart ão	Plásticos			
Janeiro	163,60	274,04	380,11	0,00	0,00	7,14	4,02	22,80	0,00	0,00	16,52	10,04	0,00	0,00	6,14	9,53	893,94
Fevereiro	117,78	236,76	242,06	0,00	0,00	7,02	12,36	12,88	0,31	0,30	5,80	5,14	40,95	1,03	3,34	0,00	685,73
Março	140,30	238,40	235,62	0,00	0,00	11,26	19,22	15,22	0,00	0,00	7,11	2,19	33,62	1,02	0,00	9,84	713,80
Abril	124,26	236,62	246,36	0,00	0,00	15,70	6,68	15,32	0,00	0,16	7,56	4,96	41,32	1,37	0,00	0,00	700,31
Maio	124,46	228,28	265,56	0,00	0,00	8,92	15,50	14,44	0,00	0,00	10,74	4,66	66,59	1,02	0,00	6,57	746,74
Junho	147,92	246,74	284,12	0,00	0,00	1,70	5,64	23,70	0,04	0,00	17,16	7,58	61,98	1,58	0,00	7,14	805,30
Julho	152,66	263,31	337,50	0,00	0,00	9,48	6,84	12,08	0,00	0,00	12,49	8,65	67,16	0,66	0,00	0,00	870,83
Agosto	152,28	287,47	433,36	0,00	0,00	6,16	6,38	19,96	0,20	0,02	11,05	7,41	85,89	0,78	0,00	0,00	1 010,96
Setembro	147,92	288,78	491,76	0,00	0,00	6,44	9,48	15,76	0,08	0,00	6,96	5,04	68,16	1,77	0,00	0,00	1 042,15
Outubro	186,30	304,88	373,32	0,00	0,00	9,02	10,08	25,20	0,07	0,00	8,58	5,08	80,58	1,40	0,00	0,00	1 004,51
Novembro	163,68	249,98	308,92	0,00	0,00	7,50	12,08	26,64	0,00	0,08	14,00	9,62	68,86	0,84	0,00	0,00	862,20
Dezembro	135,98	297,66	300,22	0,00	0,00	5,02	2,58	23,26	0,00	0,00	8,81	4,64	95,10	0,83	0,00	0,00	874,10
TOTAL	1 757,14	3 152,92	3 898,91	0,00	0,00	95,36	110,86	227,26	0,70	0,56	126,78	75,01	710,21	12,30	9,48	33,08	10 210,57
%	17,21	30,88	38,19	0,00	0,00	0,93	1,09	2,23	0,01	0,01	1,24	0,73	6,96	0,12	0,09	0,32	100,00

4.2. Quantidades processadas pela Ambisousa

Relativamente às saídas de material processado, embora as obras de reformulação da triagem de Lustosa não terem possibilitado a eficiência e o desempenho desejado, no ano de 2018 registou-se um total de 8.281,82 toneladas de material processado, representando um aumento de 9% face a 2017. Analisando somente os 3 principais fluxos de material retomado por intermédio das entidades gestoras de resíduos de embalagens (Sociedade Ponto Verde, Novo Verde e Amb3e), face ao ano anterior, constata-se aumentos de 38% e de 1%, no papel e vidro respetivamente, bem como reduções em cerca de 25% no fluxo plástico

Tabela 9 - Resíduos processados pela Ambisousa nas Estações de Triagem, Centro de Receção de REEE e Centro de Desmantelamento de Colchões (ton)

Mês	Retomados pelas Entidades Gestoras de Resíduos de Embalagens (SPV, Novo Verde e Amb3e)												Outros Retomadores					Total
	Vidro	Papel/Cartão	Filme Plástico	PEAD	EPS	PET	Plásticos Mistos	Outros Plásticos	ECAL	Aço	Alumínio	Madeira	REEE	Sucata	Madeira Não-Embalagem	Plásticos/Embalagens Plásticas	Pilhas	
Janeiro	404,38	250,18	32,50	0,00	2,62	15,18	21,32	20,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18,32	9,53	0,00	0,00	774,69
Fevereiro	237,36	242,28	18,66	0,00	1,80	0,00	0,00	9,18	0,00	0,00	0,00	0,00	4,62	4,98	0,00	6,96	0,00	525,84
Março	210,88	268,28	38,16	15,32	1,80	30,16	22,96	10,44	0,00	0,00	0,00	0,00	6,44	20,64	9,84	0,00	0,00	634,92
Abril	244,06	250,36	9,18	0,00	0,56	0,00	0,00	9,10	0,00	0,00	0,00	0,00	12,78	13,36	0,00	0,90	0,00	540,30
Maior	248,14	221,62	37,94	15,16	1,26	14,16	20,34	9,40	0,00	0,00	0,00	0,00	1,46	16,44	6,57	0,56	0,00	593,05
Junho	242,08	233,42	0,00	0,00	1,92	14,86	0,00	9,54	0,00	0,00	0,00	0,00	4,34	10,54	7,14	1,24	0,00	525,08
Julho	347,42	300,76	37,94	15,00	2,24	14,64	20,92	17,90	0,00	0,00	0,00	0,00	14,54	13,32	0,00	0,92	0,00	785,60
Agosto	426,64	373,38	10,58	0,00	2,50	13,52	0,00	8,68	0,00	0,00	0,00	0,00	5,20	5,00	0,00	0,84	0,00	846,34
Setembro	470,38	380,60	31,04	14,36	1,26	13,62	0,00	8,70	0,00	0,00	0,00	0,00	9,40	10,30	0,00	0,00	0,00	939,66
Outubro	372,48	306,98	7,48	0,00	2,42	13,78	19,58	8,68	24,92	0,00	0,00	0,00	24,44	16,36	0,00	0,00	0,00	797,12
Novembro	248,88	317,08	0,00	15,38	1,90	0,00	21,24	18,28	0,00	0,00	0,00	0,00	6,48	13,32	0,00	2,06	0,00	644,62
Dezembro	312,72	303,38	22,22	0,00	1,20	15,88	0,00	9,22	0,00	0,00	0,00	0,00	5,06	4,92	0,00	0,00	0,00	674,60
Total	3 765,42	3 448,32	245,70	75,22	21,48	145,80	126,36	139,78	24,92	0,00	0,00	0,00	94,76	147,50	33,08	13,48	0,00	8 281,82
%	45,47	41,64	2,97	0,91	0,26	1,76	1,53	1,69	0,30	0,00	0,00	0,00	1,14	1,78	0,40	0,16	0,00	100,00

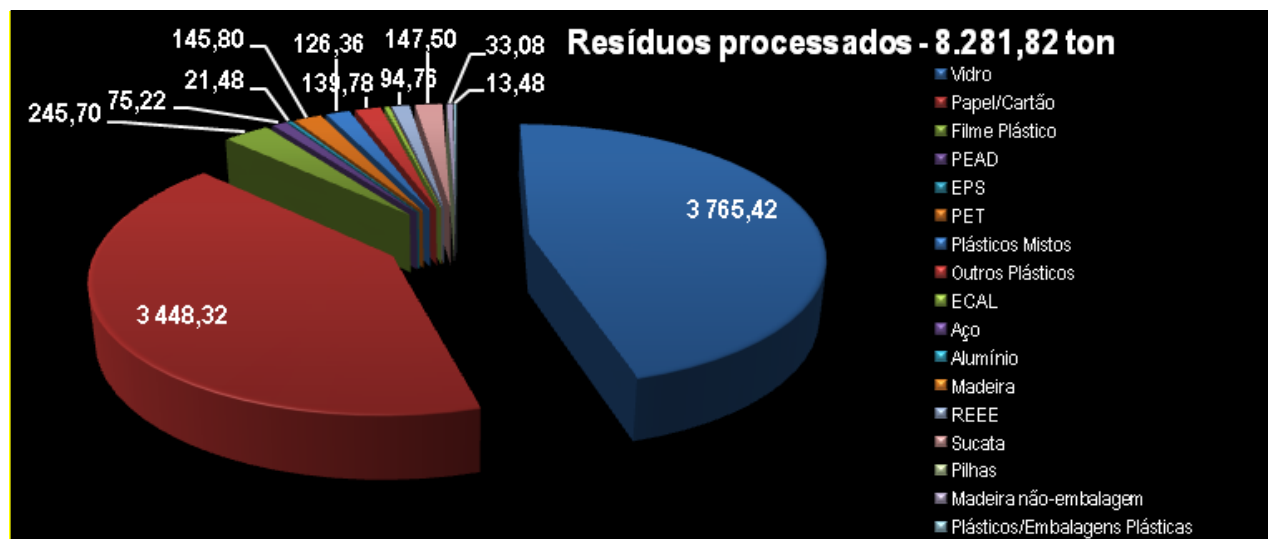


Gráfico 8 – Resíduos processados pela Ambisousa (ton.)

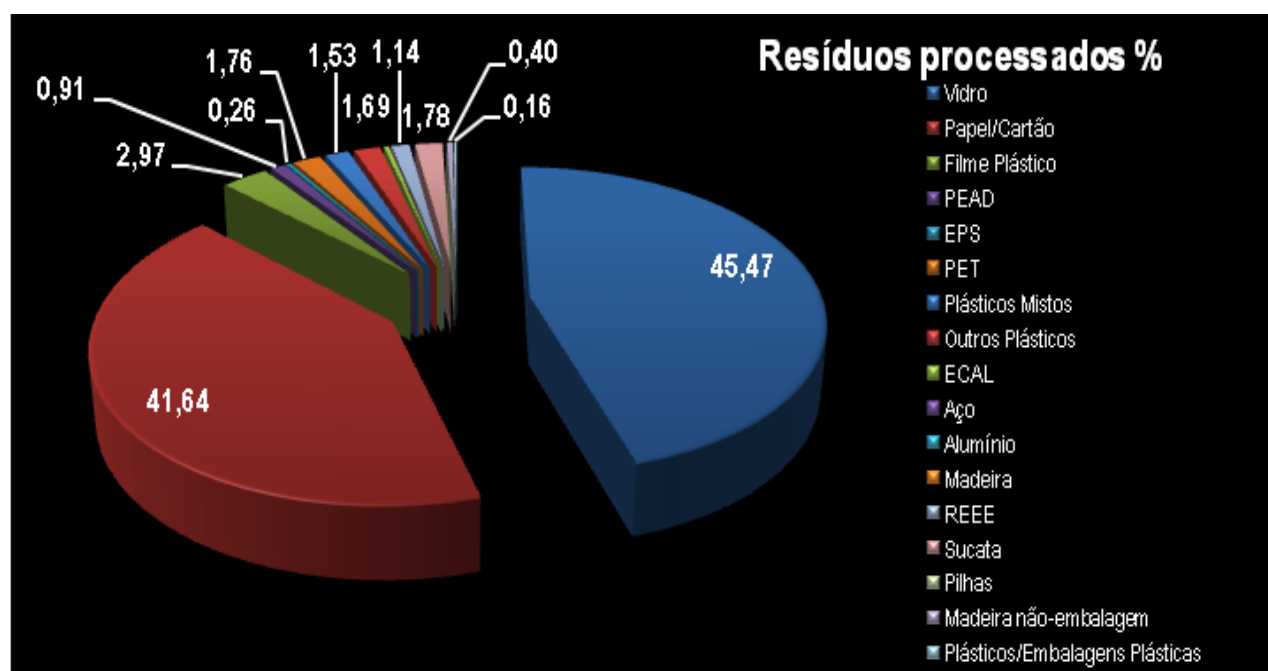


Gráfico 9 – Resíduos processados pela Ambisousa (%)

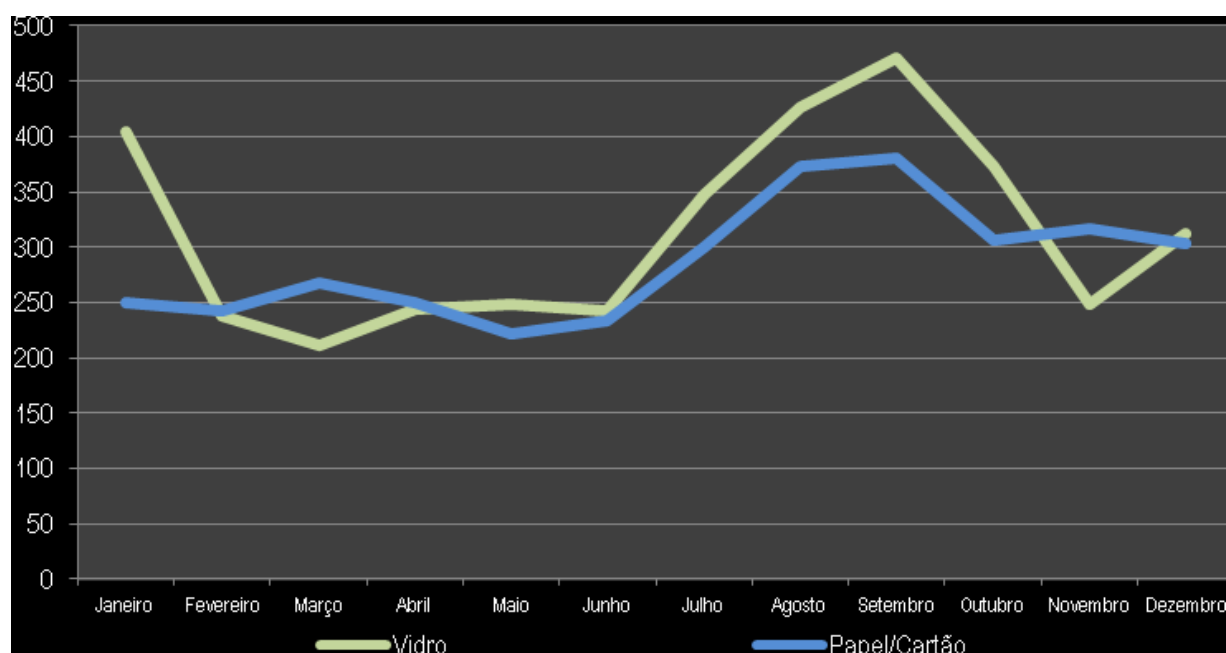


Gráfico 10 – Evolução dos resíduos processados de Vidro e Papel/Cartão (ton.)

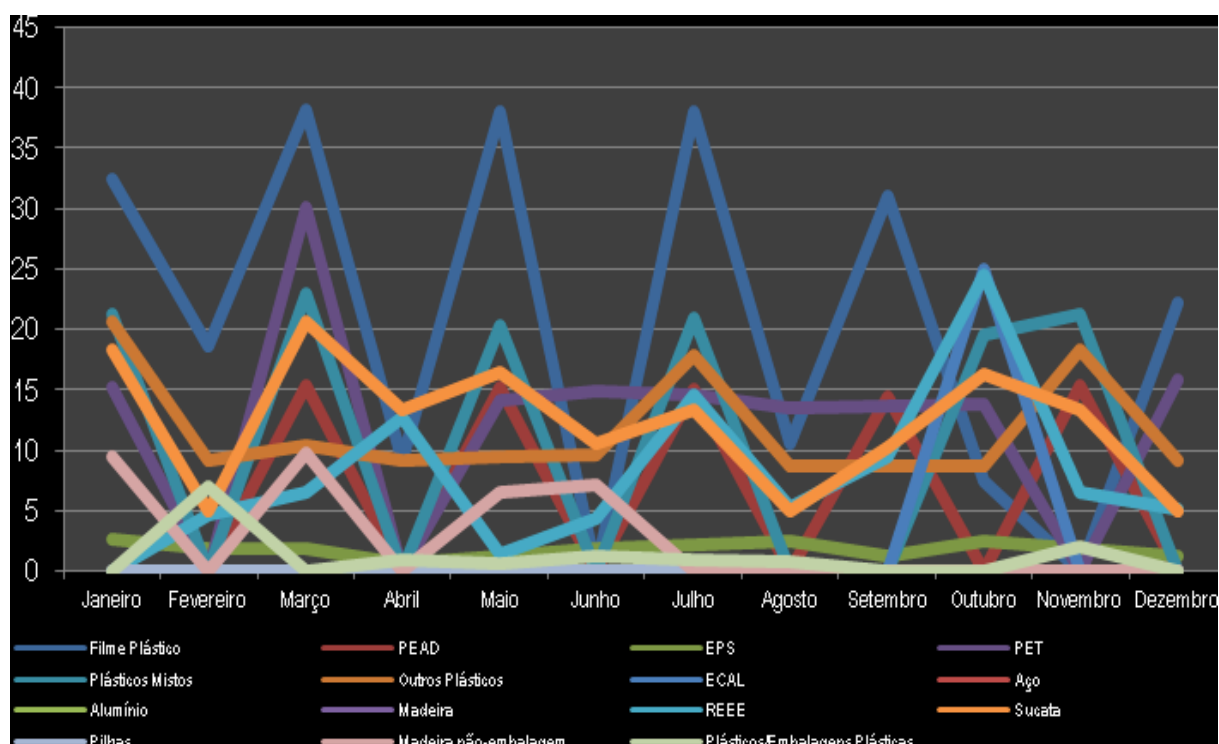


Gráfico 11 – Evolução de outros resíduos processados (ton.)

Em termos de resíduos de embalagem, no ano de 2018 foram retomadas 7.993 toneladas, um resultado 9% acima do obtido no ano anterior (Tabela 9).

Tabela 10 - Resíduos de Embalagens enviados para reciclagem em 2017 e 2018

Fluxos de Resíduos de Embalagem	Material enviado para reciclagem (ton.)		Evolução
	2017	2018	
Plásticos	1 034,26	779,26	▼
Papel/Cartão	2 496,26	3 448,32	▲
Vidro	3 727,26	3 765,42	▲
Aço	71,04	0,00	▼
Alumínio	5,50	0,00	▼
Madeira	0,00	0,00	=
Total Embalagem	7 334,32	7 993,00	▲

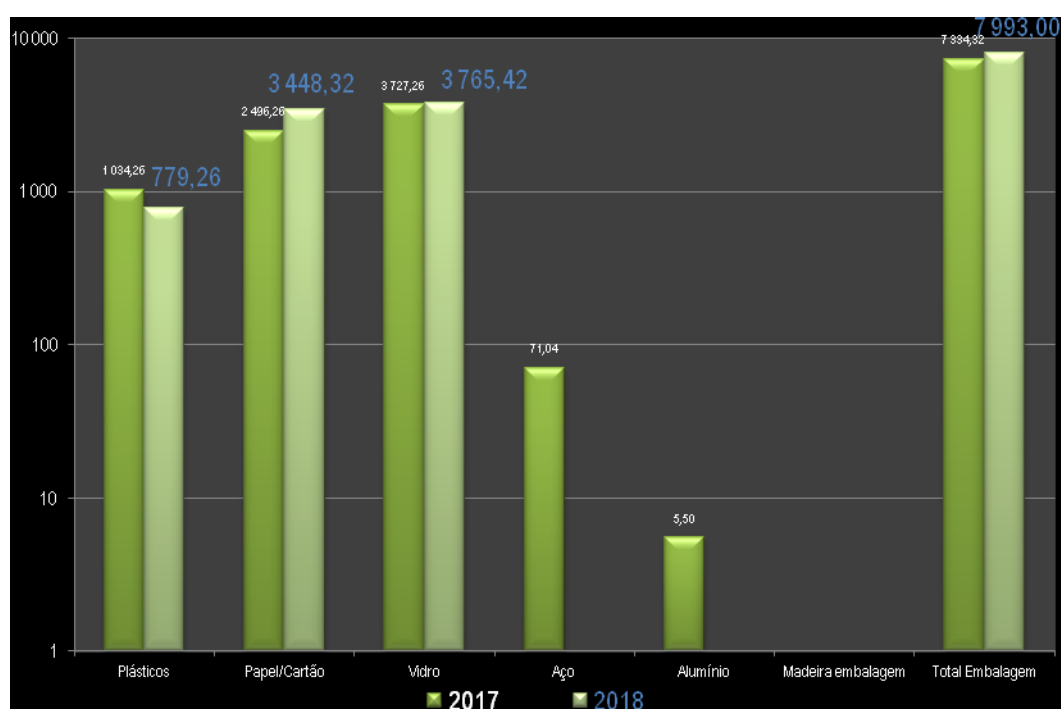


Gráfico 12 – Resíduos de embalagem retomados em 2017 e 2018 (ton.)

5. Taxas de reciclagem e Metas do PERSU 2020

A taxa de reciclagem na Ambisousa em 2018 foi de aproximadamente 39%, representando uma subida de 3 pontos percentuais, face a 2017

Tabela 11- Taxas de Reciclagem⁶

Fluxos de Embalagens	Resíduos de Embalagens enviados para a SPV (ton.)	Potencial RSU (%)	Potencial de embalagens nos RSU (ton.)	Taxa reciclagem no Vale do Sousa (%)
Embalagens	779,26	3,54	4 612,33	16,90
Papel/Cartão	3 448,32	3,62	4 720,97	73,04
Vidro	3 765,42	7,55	9 846,87	38,24
Aço	0,00	0,80	1 041,88	0,00
Alumínio	0,00	0,20	264,10	0,00
Madeira	0,00	0,03	44,10	0,00
Total	7 993,00	15,74	20 530,26	38,93

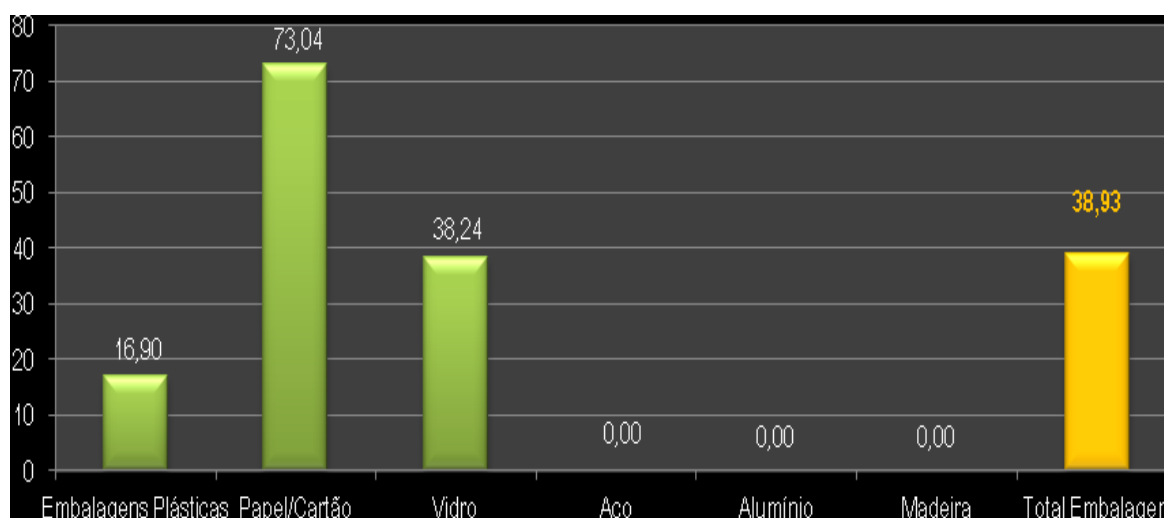


Gráfico 13 – Taxas de reciclagem (%)

Conforme referido no capítulo 3 deste Relatório, no ano de 2018 foram produzidas nas estações de triagem da Ambisousa um total de 543,74 toneladas de refugo, destinados a operações de valorização energética (94,62 toneladas) e eliminação em aterro (449,12 toneladas), representando 9% dos quantitativos de material passível de ser triado e implicando uma diminuição de 17% face a 2017.

⁶ Para o cálculo do valor das taxas de reciclagem apenas se consideram as quantidades de resíduos de embalagens que foram alvo de retoma pela SPV e Novo Verde, sendo o Potencial (%) nos RSU determinado através da metodologia de cálculo preconizada na Caracterização dos Sistemas Municipais Aderentes ao Sistema Ponto Verde 2014;

⁷ Inclui o ECAL.

Em termos globais, a produção de Resíduos Urbanos em 2018 sintetiza-se na tabela seguinte.

Tabela 12 - RU produzidos no Vale do Sousa em 2018 (ton)

RSU's produzidos no Vale do Sousa	130 016,41
Castelo de Paiva	5 133,94
Felgueiras	22 903,86
Lousada	17 653,28
Paços de Ferreira	22 355,65
Paredes	35 293,52
Penafiel	26 676,16
Refugos produzidos nas Estações de Triagem⁸	543,74
Origem: Estação de Triagem de Lustosa	181,46
Origem: Estação de Triagem de Rio Mau	362,28
Material rececionado pela Ambisousa	10 210,57
Proveniência direta dos Municípios	9 243,15
Outros resíduos ⁹	967,42
Material processado pela Ambisousa	8 281,82
Resíduos de Embalagens ¹⁰	7 993,00
Outros Resíduos	288,82
RUB's encaminhados para valorização externa¹¹	9,48
Total de RU depositados em aterro	130 465,53
Total de RU produzidos no Vale do Sousa	140 226,98

Relativamente à meta de “retomas de recolha seletiva” imposta à Ambisousa pelo PERSU 2020 (32 kg/hab.ano no ano de 2020), é possível constatar, com base nos cálculos efetuados para 2018, que foi atingido um valor global de 27 kg/hab.ano. O resultado agora obtido traduz-se num incremento de 4 kg/hab.ano face a 2017, o que representa o esforço que a Ambisousa e os seus municípios têm feito neste sentido, mais concretamente ao nível do reforço de 461 novos ecopontos, bem como no lançamento de campanhas que motivem a população a reciclar mais. A continuar assim, a meta de retomas de recolha seletiva definida para o ano de 2020 será certamente superada.

⁸ Foram depositadas 449,12 ton. de refugo nos aterros da Ambisousa e valorizadas energeticamente nas instalações da LIPOR 94,62 ton de refugo;

⁹ REEE provenientes de privados, Tampas Plásticas e Embalagens Plásticas provenientes do “Projeto Tampinhas”, Papel/Cartão proveniente da Campanha “Papel com Valor”, Plásticos provenientes da Campanha “Dá um desconto aos teus plásticos”, Resíduos orgânicos recolhidos seletivamente em grandes produtores (RUB encaminhados para valorização externa) e Madeira não-embalagem;

¹⁰ Encaminhados para as Entidades Gestoras de Resíduos de Embalagens: SPV, Novo Verde e Amb3e. Quantitativos provenientes do software de pesagens;

¹¹ RUB proveniente da recolha seletiva de orgânicos em grandes produtores do Vale do Sousa e encaminhados para valorização orgânica na LIPOR;

Tabela 73 - Aferição do grau de cumprimento da meta “Retomas de Recolha Seletiva” do PERSU 2020 nos Municípios e AMBISOUA em 2018

Município	N.º de habitantes	Dados MRRU 2018 - Recolha seletiva (ton)					Resultado (kg/hab.ano) ¹²		Meta PERSU 2020 (kg/hab. ano)
		Plástico /metal	Papel/Cartão	Vidro	Campanhas	Total	2017	2018	
Castelo de Paiva	15 797	58,02	66,78	156,02	154,05	434,87	19	26	32
Felgueiras	56 950	282,18	477,46	617,14	154,05	1 530,83	22	25	
Lousada	46 900	271,19	544,27	565,38	154,05	1 534,89	22	30	
Paços de Ferreira	56 838	352,91	501,45	680,47	154,05	1 688,88	23	28	
Paredes	86 263	466,36	816,66	1 043,19	154,05	2 480,26	23	27	
Penafiel	70 333	326,48	746,30	836,72	154,05	2 063,55	24	27	
Global - AMBISOUA	333 081	1 757,14	3 152,92	3 898,91	924,30	9 733,27	23	27	

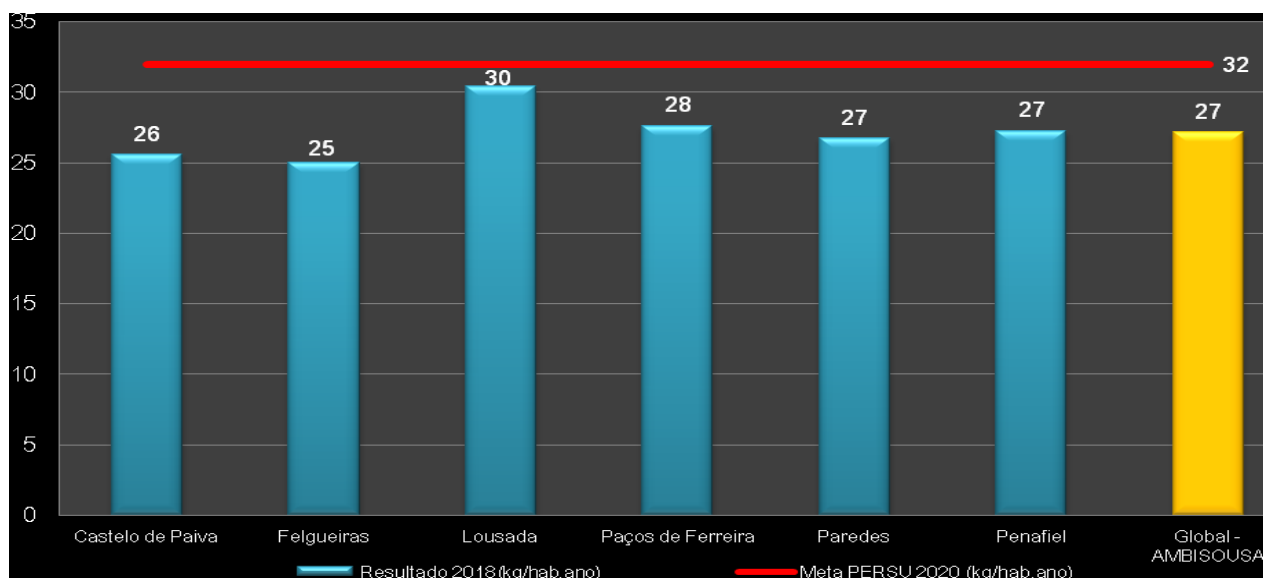


Gráfico 14 - Meta “Retomas de Recolha Seletiva” e respetiva aferição de cumprimento em 2018

¹² Considerando um Coeficiente global de transformação de recolha seletiva em retomas de recolha seletiva de 0,93, tendo em conta os coeficientes mínimos de triagem e a proporção destes resíduos recolhida seletivamente;

6. Indicadores de desempenho para a avaliação da qualidade dos serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos prestados aos utilizadores

As atividades de abastecimento público de água às populações, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos sólidos urbanos, onde se insere a Ambisousa, constituem serviços públicos de carácter estrutural, essenciais ao bem-estar geral, à saúde pública e à segurança coletiva das populações, às atividades económicas e à proteção do ambiente. Estes serviços devem pautar-se por princípios de universalidade no acesso, de continuidade e qualidade de serviço, e de eficiência e equidade dos preços.

A entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro, Lei Orgânica da ERSAR, e ainda do Regime Jurídico dos Serviços Municipais de Águas e Resíduos, aprovado através do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, determinaram o alargamento das atribuições da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Neste enquadramento, a ERSAR tem a responsabilidade não apenas de promover a avaliação dos níveis de qualidade de serviço de todas as entidades gestoras dos serviços de águas e resíduos, mas também de recolher e divulgar essa informação e elaborar e publicitar sínteses comparativas da mesma.

No ano de 2010, a ERSAR, em conjunto com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), editou um documento intitulado “Guia de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores - 2.ª Geração do sistema de avaliação” que surge na sequência da aplicação de uma 1.ª Geração do sistema de avaliação, restrita às entidades concessionárias.

A Ambisousa, apesar da sua atividade não se encontrar regulada até então, optou por incluir em Relatórios e Contas anteriores o resultado do seu desempenho ao nível de alguns dos indicadores, de modo a facilitar a comparação entre os vários sistemas de gestão de resíduos e a possibilitar a procura de melhores práticas, associadas ao *benchmarking*, que conduzam a um desempenho superior.

No ano de 2012 a ERSAR aplicou formalmente o sistema de avaliação (2ª Geração) a todas as entidades gestoras de serviços de águas e resíduos no Continente, entre as quais a Ambisousa, independentemente da sua titularidade estatal ou municipal e do seu modelo de gestão, com base em dados de operação de 2011. A partir de 2012, a informação relativa à Ambisousa passou a integrar o “*Relatório Anual do Sector de Águas e Resíduos em Portugal – RASARP (ERSAR)*”, contribuindo para a divulgação de informação relevante e de referência para os serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos.

O RASARP constitui-se assim como um relevante elemento de apoio aos decisores, bem como uma importante fonte de informação para todos os intervenientes e público em geral. A informação relativa à Ambisousa, e o respetivo desempenho anual, passam agora a estar publicamente disponíveis para consulta no “*módulo RASARP*” do site da ERSAR (www.ersar.pt).

7. Investimento

A Ambisousa iniciou, em termos reais, a sua atividade em Janeiro de 2003.

Ao longo destes dezasseis anos realizou um investimento acumulado bruto de cerca de 11.393.230 €, e tem por objetivo manter o ritmo de investimento, de modo a fazer face aos futuros desafios que, estrategicamente, pretende assumir. Assim, em 2018 o volume de investimento expresso no aumento verificado em Ativos Fixos Tangíveis foi de 4.372.627 €.

8. Factos Relevantes Ocorridos após o Termo do Exercício

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício

9. Evolução previsível da Atividade

O previsível aumento da produção de resíduos urbanos no Vale do Sousa no ano de 2019, traduzindo-se num aumento dos resíduos encaminhados para aterro sanitário, será pois um desafio que a Ambisousa terá de ter em linha de conta, no planeamento futuro da sua atividade. Vai ser por isso necessário aumentar o reforço da compostagem doméstica de RUB como uma forma de reduzir os resíduos orgânicos conduzidos a aterro, melhorar a recolha seletiva para facilitar o aumento da economia circular, reduzir os resíduos conduzidos a aterro e por fim, com base no suporte técnico que acautele as incidências ambientais, definir os locais da nova geração de Aterros Sanitários que irão substituir as estruturas atualmente existentes.

Esta evolução da atividade da Ambisousa representa, no fundo, um caderno de encargos que, naturalmente não se esgotará em 2019. Compreende um conjunto de ações que, com certeza se prolongarão para lá de 2019, pelo que será de todo conveniente que se iniciem rapidamente. Em bom rigor, o processo de candidatura aos fundos comunitários necessários, também tem de se iniciar já no próximo ano. A Ambisousa tem bem presente a experiência do tempo que medeia entre uma intenção de candidatura, a sua aprovação e a disponibilização da obra no terreno, pelo que urge começar a definir a estratégia a seguir e a assumir os passos necessários para a concretizar

10. Relevância das Matérias Ambientais

A Ambisousa trabalha para fazer do seu compromisso ético e do respeito pelo meio ambiente, as bases para a confiança de todas as pessoas e dos diferentes grupos com os quais se relaciona. A proteção ambiental é parte indissociável da atividade da Ambisousa e preocupação constante do seu desempenho, pelo que as matérias de cariz ambiental que desenvolve devem ser divulgadas, dado que são extremamente relevantes para a avaliação do respetivo desempenho e posição financeira.

10.1 Prevenção da Produção de Resíduos

A prevenção de resíduos ocupa o topo da pirâmide dos princípios da hierarquia dos resíduos, sendo portanto considerada como a mais importante operação neste sector. A Ambisousa encara a prevenção de RU como um passo fundamental na sua gestão, procurando, através da execução anual de um conjunto planeado de ações e iniciativas, contribuir para a redução da produção de resíduos e mitigar os impactes negativos que advenham da sua gestão.

No PERSU 2020, em matéria de prevenção da produção de resíduos, encontram-se estabelecidas as seguintes metas:

- *Até 31 de dezembro de 2016 alcançar uma redução mínima de produção de resíduos por habitante de 7,6% em peso relativamente ao valor verificado em 2012;*
- *Até 31 de dezembro de 2020 alcançar uma redução mínima da produção de resíduos por habitante de 10% em peso relativamente ao valor verificado em 2012.*

Embora a atual conjuntura económica e financeira que o país atravessa não permita investimentos muito alargados, impondo restrições orçamentais nestas áreas, constata-se que as metas traçadas pela Ambisousa no domínio da prevenção de resíduos têm sido genericamente cumpridas.

Anualmente é elaborado um Plano de Ação específico para a Semana da Prevenção de Resíduos, no qual são planeadas com detalhe todas as ações e campanhas que se prevê implementar neste âmbito, estimando os recursos necessários à execução das mesmas, bem como definindo um conjunto de indicadores de monitorização que possibilitem a sua posterior avaliação, enquadradas num cronograma temporal.

São ainda convidados todos os Municípios e escolas do Vale do Sousa a participar neste evento, desenvolvendo e inscrevendo ações enquadradas neste âmbito, contribuindo assim para um maior sucesso da Semana Europeia da Prevenção de Resíduos.

Em resposta às políticas nacionais em matéria de RUB previstas no PERSU 2020, e com o objetivo de proceder ao desvio destes resíduos de aterro, a Ambisousa, aproveitando as características da sua estrutura habitacional, iniciou em 2009 um projeto de compostagem doméstica no Município de Paços de Ferreira.

O projeto de compostagem caseira da Ambisousa envolve, para além da distribuição gratuita de equipamentos, uma monitorização e um acompanhamento periódico do processo por técnicos da Ambisousa, de forma a assegurar e a comprovar a correta utilização destes equipamentos.

No ano de 2016 encontravam-se distribuídos 1.361 compostores domésticos, abrangendo uma população estimada em cerca de 4.154 habitantes. Na perspetiva de reforçar este projeto com um acréscimo de 4.000 compostores domésticos, a Ambisousa submeteu em 2016 uma candidatura ao POSEUR, denominada “Reforço da compostagem doméstica de RUB”.

Esta candidatura foi posteriormente validada e aprovada pelas autoridades comunitárias, merecendo de um apoio financeiro global de 238.000 €, correspondendo a uma taxa de comparticipação de 85%.

Neste sentido, a Ambisousa delineou uma estratégia para angariação e distribuição dos 4.000 compostores assente em duas fases, com distribuição dos primeiros 2.000 compostores até final de 2017 (Fase 1) e os restantes durante o ano de 2018 (Fase 2).

Foi assim implementada uma campanha de comunicação orientada para este objetivo, abrangendo a população dos seis Municípios da Ambisousa, cuja estratégia assentou sob três pilares fundamentais, designadamente:

- Comunicação/divulgação;
- Angariação de utilizadores e,
- Entrega de compostor.

Para a implementação prática desta campanha foi desenvolvida uma Figura própria e promovido um *claim* próprio para o reforço e a captação de novos aderentes: “à terra só o que é da terra” (Figura 4).



Figura 1 – Figura da campanha “à terra só o que é da terra”

Foram também desenvolvidas as respetivas adaptações às diversas peças de suporte de comunicação, nomeadamente um cartaz, um folheto explicativo de inscrição, vários *mailings* e *e-mailings*, *covers* para o facebook, um web *banner*, três rollups diferentes, fardas para equipar equipa de distribuição no terreno, certificado de entrega de compostor, entre outras (Figura 5).



Figura 2 – Exemplos de peças de suporte para comunicação da campanha “à terra só o que é da terra”

Com o objetivo de comunicar à população a iniciativa da Ambisousa, promovendo o interesse em participar e o envolvimento na mesma, foi inicialmente realizado um evento de apresentação da campanha no dia 26 de janeiro de 2017, na biblioteca municipal de Lousada. Para este evento foram convidadas as várias autarquias, as juntas de freguesia, entidades diversas, órgãos de comunicação social e público em geral.

Como forma de angariação de potenciais interessados foi executado, em articulação direta com os Municípios, um plano de envio de mailing não endereçado (via CTT) a cerca de 25.000 habitações do Vale do Sousa, bem como promovidas visitas de sensibilização em todas as juntas de freguesia, assim como realizadas 74 sessões de esclarecimento em escolas do 1 ao 3º ciclo.

Em termos de resultados obtidos, no ano de 2018 foram distribuídos 1.992 compostores domésticos, totalizando 5.371 equipamentos existentes na Ambisousa.

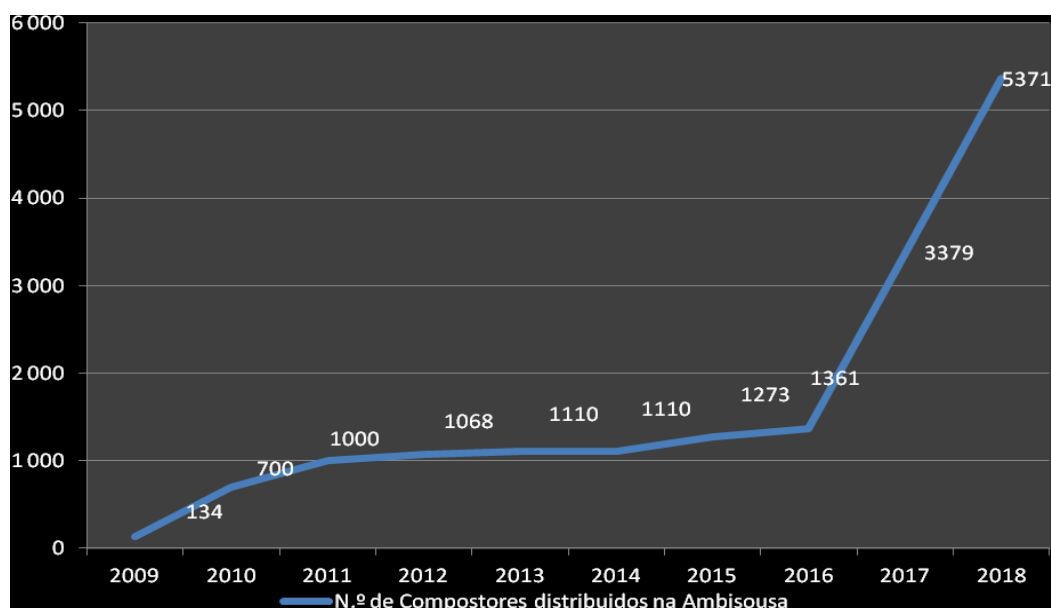


Gráfico 15 – N.º de compostores distribuídos na Ambisousa

Atendendo ao número de compostores já distribuídos, estima-se que neste projeto possam estar diretamente abrangidos a este projeto cerca de 10.394 habitantes, tendo sido desviadas de aterro aproximadamente 1.239 toneladas de resíduos biodegradáveis e produzidas cerca de 552 toneladas de composto.

Do total de compostores entregues, 62 equipamentos estão unicamente afetos a estabelecimentos de ensino. Como forma de distinguir e motivar as escolas que aderiram a este projeto, a Ambisousa criou o galardão “Escola Terra à Terra” que consiste na atribuição de uma bandeira e do respetivo certificado (Figura 6).



Figura 3 – Galardão “Escola Terra à Terra”

As imagens seguintes demonstram a elevada aderência e receptividade que este projeto está a ter na população.



Figura 4 – Exemplos de ações de sensibilização realizadas em escolas



Figura 5 – Exemplos da entrega de compostores à população

Como vem sendo habitual, a Ambisousa assinala o Dia Mundial do Ambiente no aterro sanitário de Lustosa com um conjunto de atividades lúdico-pedagógicas direcionadas à população escolar do Vale do Sousa. Estas ações pretendem contribuir para uma maior sensibilização das crianças para as regras da separação multimaterial, bem como para conceitos relacionados com a reutilização ou a prevenção da produção de resíduos. No dia 5 de junho de 2018, a Ambisousa dinamizou esta iniciativa, em articulação com os seus Municípios, tendo participado 239 alunos de diversos estabelecimentos de ensino (Figura 9).



Figura 6 – Logo marca do “Dia do Ambiente”



Figura 7 – Exemplos de atividades desenvolvidas no Dia Mundial do Ambiente em 2018

A Ambisousa proporciona a realização de visitas de estudo às suas instalações e infraestruturas, na perspetiva de sensibilizar a população para a problemática dos resíduos e a necessidade de adoção de boas práticas ambientais. Em 2018 a Ambisousa recebeu nas suas instalações 241 visitantes.



Figura 8 – Visitas às Infraestruturas da Ambisousa

10.5 Campanha “Dá um desconto aos teus plásticos”

Durante o ano de 2018 a Ambisousa continuou com a campanha “Dá um desconto aos teus plásticos”, pretendendo fomentar a reciclagem de embalagens plásticas e incentivando a população em geral a adotar práticas corretas de separação e valorização destes resíduos (Figura 12).



Figura 9 - Cartaz da Campanha “Dá um desconto aos teus plásticos”

Por cada 35 kg de embalagens plásticas domésticas entregues, a Ambisousa ofereceu vales de 5€ em combustível ou compras, promovendo desta forma uma maior separação destes resíduos.

No âmbito desta campanha, em 2018 foram entregues 12,30 toneladas de embalagens plásticas urbanas.

10.6 Campanha “Papel com Valor!”

A Campanha “Papel com Valor!” encontra-se implementada na Ambisousa desde 2014 e tem como principal objetivo incentivar à reciclagem do fluxo de papel e cartão. Esta campanha surgiu também como medida de atenuação aos desvios de material existente nos ecopontos para o mercado paralelo de resíduos (Figura 13).



Figura 10 - Cartaz da Campanha “Papel com Valor!”

A cada entrega nas instalações da Ambisousa de 50kg de papel e cartão é atribuído um vale de combustível ou de compras, no valor de 5€.

Em 2018 várias instituições, escolas e particulares aderiram a esta campanha, tendo-se rececionado um total de 710,19 toneladas.

10.7 Presença da Ambisousa em Eventos Públicos

Com o intuito de contribuir para uma maior sensibilização e educação ambiental nos domínios da separação multimaterial, bem como incentivar à adoção de práticas ambientalmente mais sustentáveis, como é o caso da compostagem doméstica, a Ambisousa marcou presença, a convite, em vários eventos públicos.

Em 2018 estivemos presentes em vários eventos públicos, com o intuito de contribuir para uma maior sensibilização e educação ambiental, nomeadamente na maior feira agrícola do Norte e Centro do País, a Agrival, que decorreu no Pavilhão de Feiras e Exposições, em Penafiel. Estivemos também presentes na 5ª edição do Trail da Raposa, prova de Trail Running, organizada pela ParJovem – Associação Juvenil do Concelho de Paredes, colaborando também com a organização ao nível da limpeza dos respetivos trilhos. Apoiamos a Associação Para o Desenvolvimento da Freguesia de Rio Mau (APDF Rio Mau), ao nível da promoção do III Poço Negro Trail de Penafiel, bem como as Comissões de Festas do Sr. dos Aflitos de Lousada,

S. João de Rio Mau e S. Paulo Sebolido. Apoiamos também o Rio Mau Futebol Club na presença dos mesmos no torneio "Sesimbra summer cup 2018".



Figura 11 – Presença da Ambisousa em vários eventos públicos

10.8 Projeto “Tampinhas & Embalagens”

Desde 2005 que a Ambisousa promove este projeto, no qual efetua a troca de tampas e das respetivas embalagens plásticas por material ortopédico.

Embora este projeto possa ser mais enquadrado numa perspetiva de responsabilidade social, a componente ambiental está intrinsecamente associada, dado que desta forma também se evita que estes materiais sejam depositados em aterro sanitário.

Em 2018 a Ambisousa rececionou 126,77 toneladas de tampas e 75,02 toneladas de embalagens plásticas, tendo disponibilizado 74.638 € para a aquisição de diverso material ortopédico.

Desde o início deste projeto, a Ambisousa recebeu cerca de 2.691 toneladas de material plástico, tendo disponibilizado até ao momento 1.616.586 € em material ortopédico.



Figura 12 – Exemplos do material disponibilização via projeto “Tampinhas e Embalagens”

O esforço desenvolvido pela Ambisousa na proteção do ambiente no seu todo foi devidamente reconhecido pela Agência Portuguesa do Ambiente, com a emissão das Licenças Ambientais dos aterros de Lustosa e Rio Mau. Este reconhecimento resulta da nossa postura ambiental responsável e inflexível, sobre um domínio sobre o qual todos temos obrigação de zelar.

As Licenças n.º 36/0.1/2013 (aterro sanitário de Penafiel) e 64/0.1/2013 (aterro sanitário de Lustosa) regulam a gestão ambiental da atividade de exploração destas infraestruturas e compreendem o conjunto de procedimentos e planos de proteção ambiental a adotar pela Ambisousa, entre os quais o de um rigoroso Plano de Monitorização Ambiental, abrangendo análises periódicas às águas subterrâneas, lixiviados, águas superficiais, águas pluviais, gases emitidos e ao ruído.

10.10 Plano de Monitorização Ambiental

A Ambisousa cumpriu integralmente o Plano de Monitorização Ambiental estabelecido nas Licenças Ambientais em vigor, incidindo sobre o controlo das suas emissões, tendo sido alvo de monitorização os seguintes elementos:

- Dados topográficos;
- Dados meteorológicos;
- Dados qualitativos e quantitativos de qualidade de águas subterrâneas;
- Dados qualitativos e quantitativos de águas pluviais potencialmente contaminadas;
- Dados qualitativos e quantitativos de lixiviados brutos produzidos;
- Dados qualitativos e quantitativos de águas residuais após pré-tratamento e,
- Dados qualitativos de emissões atmosféricas.

A colheita de amostras e as análises referentes aos controlos das emissões foram realizados por laboratórios externos acreditados para o efeito, tendo os resultados obtidos sido enviados para as entidades competentes, nomeadamente a APA, a CCDR-N e a ERSAR.

No ano de 2018 o custo total das campanhas de monitorização rondou os 17.000 €, o que revela a importância atribuída pela Ambisousa a esta área. Conforme referido anteriormente, os resultados da monitorização são periodicamente enviados para verificação por parte das entidades administrativas, reunindo os elementos demonstrativos do cumprimento das licenças ambientais e de exploração, bem como os sucessos alcançados e as dificuldades encontradas para atingir as metas acordadas. O envio destes resultados fez-se através de plataformas informáticas próprias, bem como através dos seguintes documentos elaborados pela Ambisousa:

- 4 Relatórios de Emissões atmosféricas;
- 4 Relatórios de Autocontrolo dos TURH (Títulos de Utilização de Recursos Hídricos);
- 1 Relatório Ambiental Anual (RAA);

O RAA reúne todas as informações ambientais das infraestruturas da Ambisousa, incluindo pontos de situação relativos às condições de operação, nomeadamente no que se refere às operações e práticas de gestão de resíduos, alterações topográficas, controlo de lixiviados, gestão de recursos (água e energia), sistemas de tratamento e pontos de emissão, emissões das instalações e monitorização ambiental, reclamações apresentadas, execução e metas do Plano de Desempenho Ambiental, emergências verificadas e ações corretivas implementadas.

Como já referido, para além da elaboração dos relatórios enunciados anteriormente, a Ambisousa, paralelamente, submete os dados de monitorização ambiental e de gestão de resíduos em várias plataformas informáticas para controlo e verificação externa pela APA, CCDR-N e a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), designadamente:

- Mapa de Registo de Resíduos Urbanos (MRRU/SiliAMb);
- Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR/SiliAMb);
- Registo de Emissões e Transferências de Poluentes (PRTR);
- Balcão Eletrónico da CCDR-N (monitorização de emissões poluentes para a atmosfera), e
- Indicadores de 3ª Geração (Portal ERSAR).

Relativamente a esta última plataforma, os indicadores de 3ª Geração permitem avaliar o desempenho da Ambisousa para a qualidade dos serviços prestados aos utilizadores, bem como efetuam um *benchmarking* com outros sistemas de gestão de resíduos de âmbito nacional, comparando performances e desempenhos. No capítulo 7 é efetuada uma explicação mais detalhada desta obrigação legal perante a entidade reguladora.

Acresce ainda que toda a base de dados de monitorização ambiental da Ambisousa encontra-se internamente concentrada num sistema de informação geográfica denominado “*AmbiSIG – Portal de Informação Geográfica e Monitorização Ambiental da Ambisousa*”. Esta ferramenta informática, para além das múltiplas vantagens no armazenamento e integração dos diferentes conjuntos de dados em sistema único, proporciona a georreferenciação dos vários equipamentos de proteção e controlo ambiental existentes, bem como uma análise e otimização dos recursos materiais e humanos afetos ao projeto de compostagem doméstica do Vale do Sousa (Figura 15).

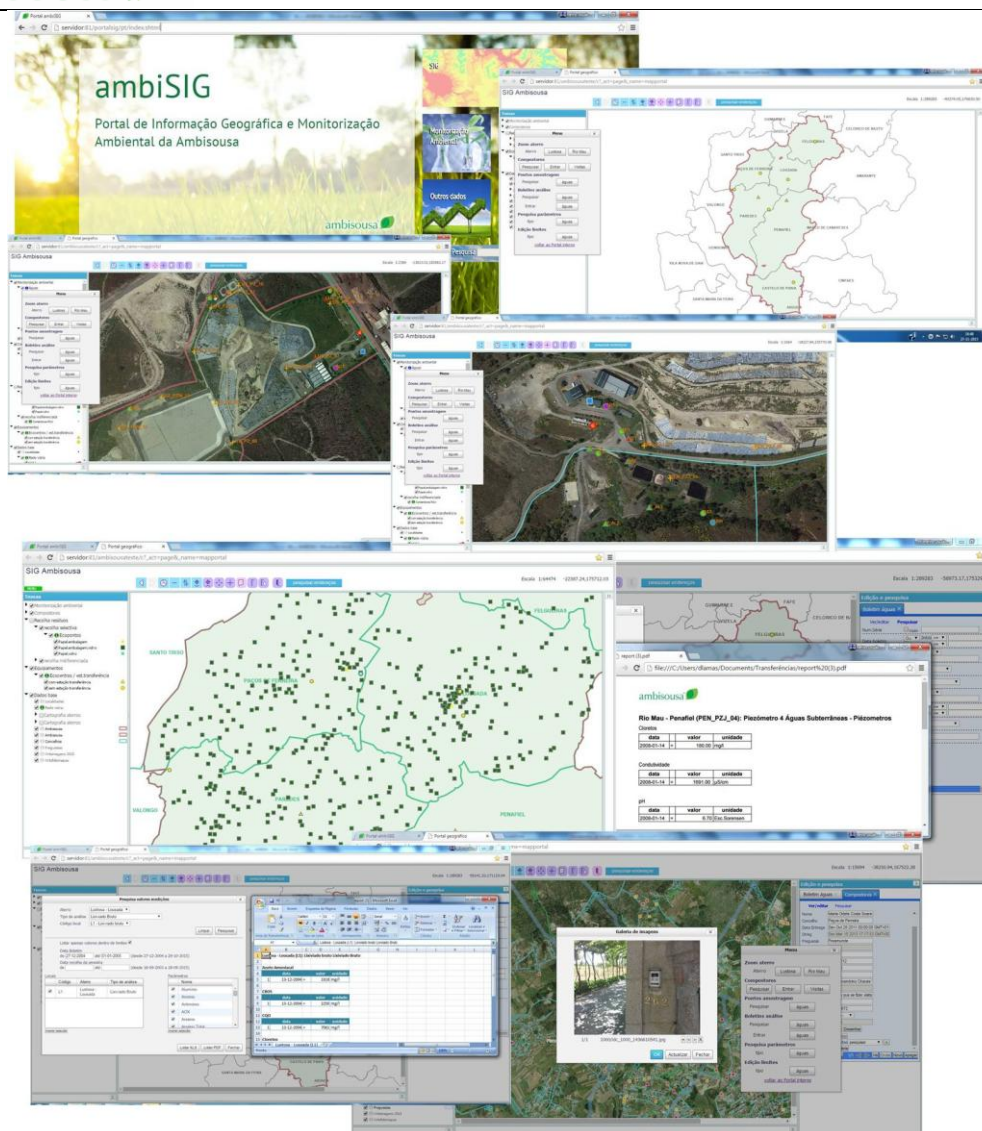


Figura 13 – Vários Prt Sc do AmbiSIG da Ambisousa

10.11 Tratamento de Lixiviados

De forma a garantir o tratamento eficaz e ambientalmente seguro dos lixiviados produzidos nos aterros sanitários, a Ambisousa efetua um pré-tratamento inicial por arejamento em lagoas, encaminhando posteriormente estes efluentes para tratamento numa Estação de Tratamento de Águas Residuais, por intermédio de camião-cisterna (aterro sanitário de Penafiel) ou por coletor municipal (aterro sanitário de Lustosa).

No ano de 2018 foram enviados para tratamento 97.426 m³ de lixiviado, representando um considerável aumento de aproximadamente 84% face a 2017, explicada por uma maior incidência da precipitação média, conforme consta dos registos fornecidos pelas estações meteorológicas existentes nos aterros de Lustosa e Penafiel.

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução anual deste indicador, bem como a evolução da respetiva precipitação média (mm/d), possibilitando constatar a relação direta que existe entre os mesmos.

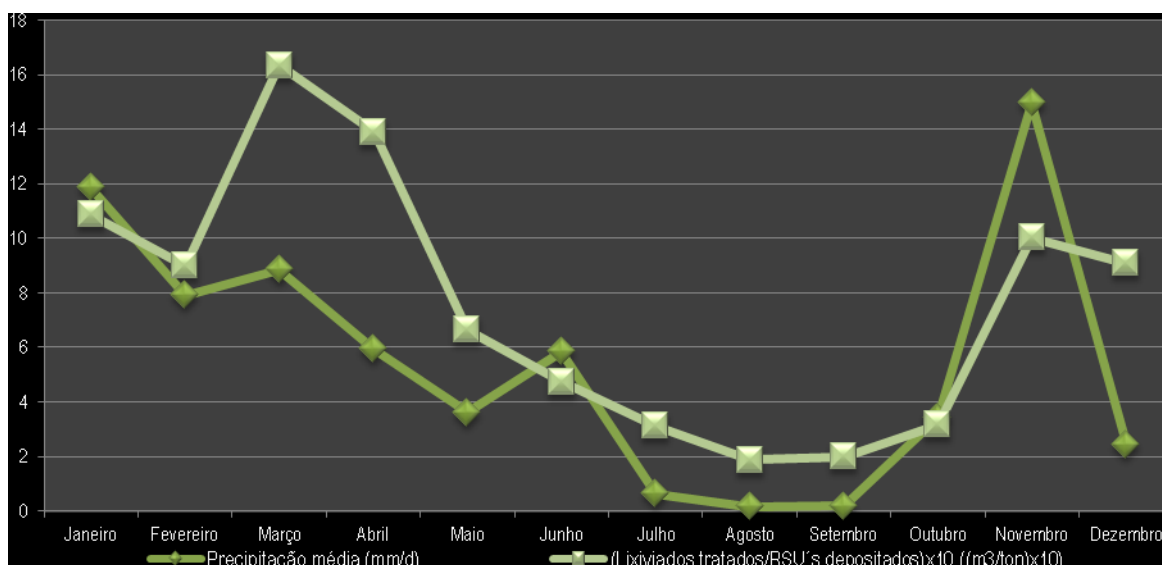


Gráfico 16 – Evolução do indicador “Lixiviados tratados/RSU’s depositados” e registro de Precipitação

10.12 Valorização do Biogás de aterro

O biogás produzido nos aterros sanitários, resultante da decomposição da fração biodegradável dos resíduos urbanos, é essencialmente constituído por metano (CH_4) e dióxido de carbono (CO_2), gases que contribuem significativamente para o aquecimento global.

Ciente da necessidade de que o biogás deve ser captado, tratado e utilizado de forma a reduzir ao mínimo os efeitos negativos ou a deterioração do ambiente e os riscos para a saúde humana, a Ambisousa implementou nos seus aterros Centrais de Valorização Energética (CVE). Nestas instalações o biogás produzido é captado e valorizado, produzindo consequentemente energia elétrica para injeção na Rede Elétrica Nacional.

No ano de 2018, as CVE produziram 5.664.997 kWh, equivalente ao consumo de energia elétrica de 1.542 habitações, evitando a emissão de 3.997 toneladas de CO_2 . Esta produção obtida representa uma diminuição de aproximadamente 19%, face ao ano anterior.

No gráfico seguinte apresentam-se as evoluções das produções anuais de energia nas CVE (kWh), relativamente aos dois últimos anos.

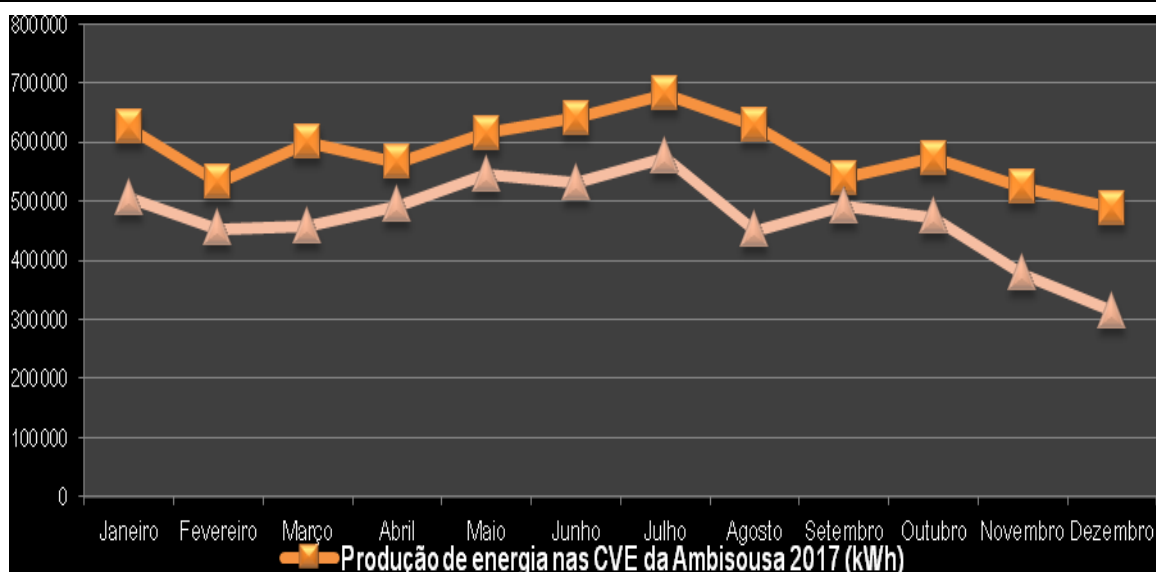


Gráfico 17 – Produções anuais de energia nas Centrais de Valorização Energética (kWh)

No gráfico seguinte apresenta-se uma comparação desde 2014, relativamente às emissões evitadas de CO₂ e ao equivalente de consumo de energia elétrica produzida.

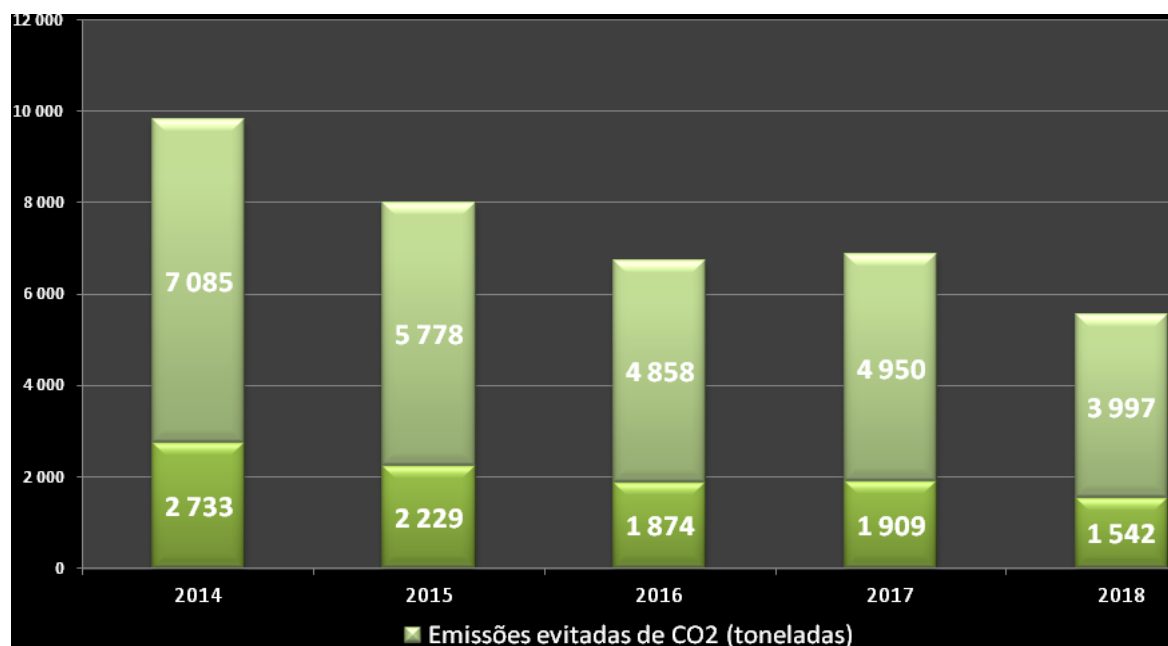


Gráfico 18 – Emissões evitadas de CO₂ (ton) e Equivalente de consumo de energia elétrica produzida (habitações)

10.13 Valorização de Resíduos Orgânicos em Grandes Produtores

Conforme mencionado em capítulo anterior, no PERSU 2020 encontra-se definida para o Sistema Ambisousa uma Meta máxima de deposição de Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB) em aterro, na ordem dos 50% de RUB produzidos.

Para se atingirem níveis de desempenho compatíveis com os objetivos pretendidos, a Ambisousa, enquanto não dispõe de uma unidade autónoma que contribua significativamente para o desvio efetivo de RUB de aterro, estabeleceu em 2013 com a LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto um protocolo para valorização de RUB recolhidos seletivamente em grandes produtores do Vale do Sousa, numa ótica de partilha de instalações e de economia de escala.

Esta medida enquadra-se num dos princípios orientadores do PERSU 2020, no qual “a racionalização do uso dos recursos exige o aumento da eficiência da utilização das infraestruturas existentes e a procura de sinergias entre os vários sistemas de gestão de resíduos urbanos, o que pode significar, por exemplo, a partilha de unidades de tratamento de resíduos”.

No ano de 2018 foram valorizadas apenas 9,48 toneladas de RUB nas instalações da CVO da LIPOR (Gráfico 25), representando uma diminuição de aproximadamente 85%, face a 2017.

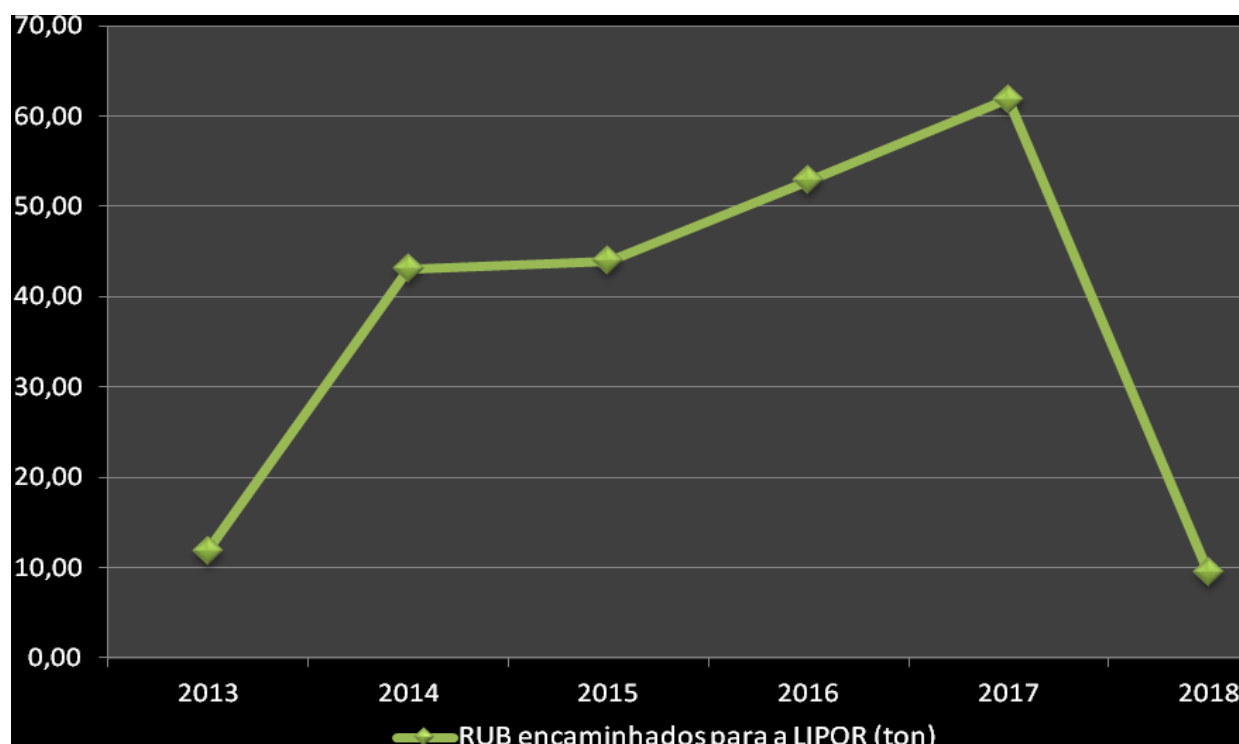


Gráfico 19 – Evolução anual dos RUB recolhidos seletivamente e encaminhados para valorização orgânica em instalações da LIPOR (ton)

Conforme referido anteriormente, no ano de 2018 foram produzidas 543,74 toneladas de refugo provenientes do processamento de materiais rececionados nas unidades de triagem, das quais 94,62 toneladas foram encaminhadas para valorização energética. A referida operação de tratamento teve lugar na Central de Valorização Energética da LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto, decorrendo de um protocolo celebrado com a Ambisousa.

A valorização efetuada aos refugos das triagens permite uma maior disponibilidade de volume de encaixe disponível para deposição de RSU e subsequentemente uma menor incidência da Taxa de Gestão de Resíduos aplicável. Para além disto, esta opção estratégica tem em conta a correta aplicação da hierarquia dos princípios de gestão de resíduos, no qual se privilegia a valorização energética em detrimento da deposição em aterro (Figura 16).

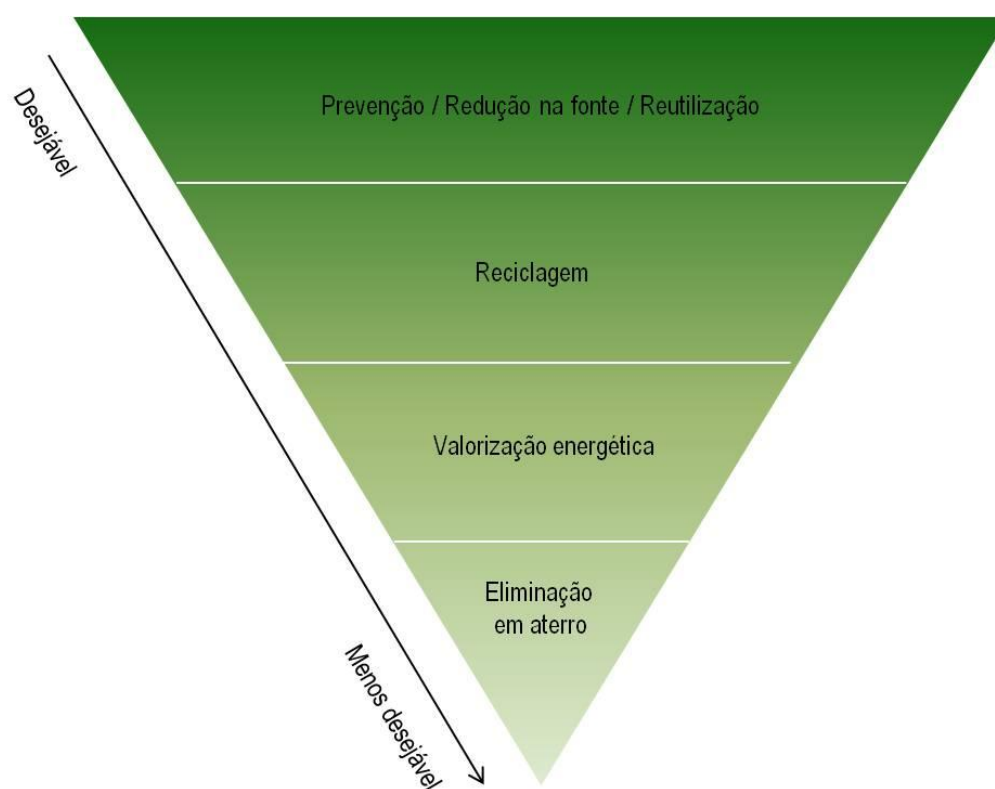


Figura 14 - Hierarquia de resíduos

Ciente da necessidade de contribuir para um esforço conjunto de mitigação das alterações climáticas, aproveitando a orografia e as condições meteorológicas existentes nos aterros sanitários de Lustosa e Penafiel, a Ambisousa decidiu implementar em cada uma destas infraestruturas um sistema solar-fotovoltaico, com uma potência unitária de 70 kW.

Estima-se uma produção global anual, para cada sistema, de aproximadamente 116 000 kWh, traduzido num investimento total de aproximadamente 183.000 €. O período de retorno do investimento será, ao que tudo indica, de 5,3 anos.

O concurso foi lançado no final de outubro de 2013, e a respetiva entrada em funcionamento ocorreu em agosto de 2014, embora nesse mês tenham ocorrido os necessários testes de afinação.

Este investimento, para além de apresentar um retorno rápido do investimento, enquadra-se e contribui efetivamente na concretização da iniciativa 20-20-20, lançada pela UE, na qual se pretende aumentar o peso das energias renováveis na Europa, reduzindo as emissões de CO₂ e melhorando a eficiência energética em 20% até 2020. A implementação deste sistema evidencia um excelente exemplo de boas-práticas ambientais e reflete o esforço da Ambisousa em promover a utilização de recursos energéticos renováveis e alternativos.

Em 2018 foi produzido um total de 177.942 kWh de energia nas centrais solares fotovoltaicas da Ambisousa, no qual 96.181 kWh dizem respeito à unidade de Lustosa e 81.761 kWh à de Penafiel.

De setembro de 2014 até ao final de 2018, o sistema produziu na sua totalidade 883.260 kWh, dos quais 452.787 kWh no aterro de Lustosa, e 430.473 kWh no aterro de Penafiel (Gráfico 26).

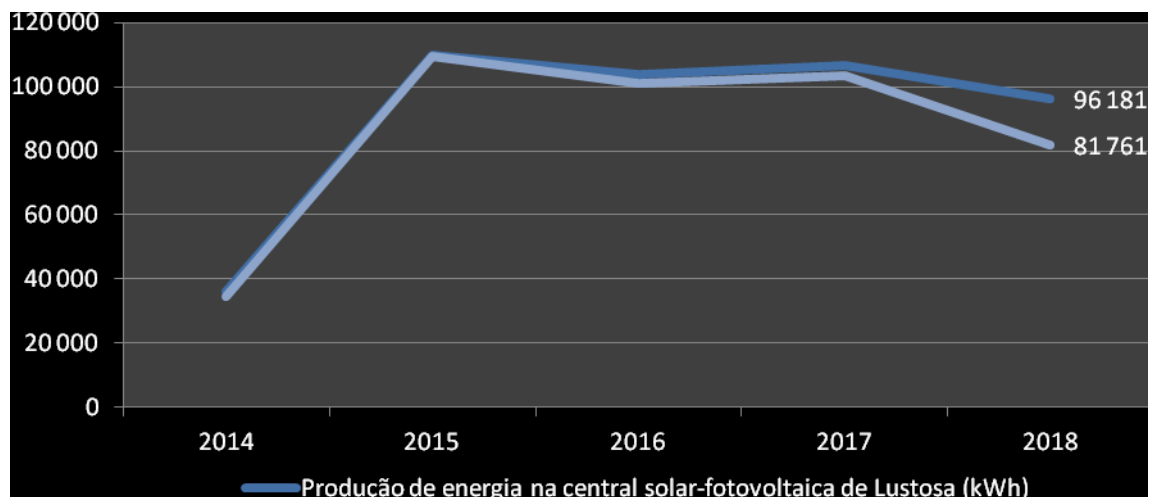


Gráfico 20 – Produções fotovoltaicas de ambas as centrais da Ambisousa

O Aterro de Inertes de Rio Mau localiza-se na Serra da Boneca, Município de Penafiel, e constitui-se como uma infraestrutura adequada à deposição de resíduos inertes, possibilitando a requalificação ambiental de uma antiga exploração de lousas (ardósias), repondo, tanto quanto possível, as condições iniciais do terreno e a sua integração paisagística.

A antiga exploração da louseira implicou alterações significativas no meio ambiente, com repercussões nos sistemas circundantes, originando uma diminuição e deterioração do coberto vegetal original, conduzindo a uma diminuição da qualidade biofísica de toda a área. De facto, resultou numa área onde são evidentes as alterações morfológicas provocadas, onde a criação de acessos aos poços e plataformas das escombreyas originou o assoreamento e desregularização das linhas de água existentes, nomeadamente, a Ribeira da Louseira, afluente do Rio Mau.

A deposição de resíduos inertes no local permitirá a criação de uma topografia mais próxima da original (antes da exploração da louseira), e a resolução de algumas situações inseguras no local. Após a deposição dos resíduos inertes, o aterro será selado e sujeito a integração paisagística, de modo a criar um parque de recreio.

Este aterro de inertes, único do género na área de intervenção da Ambisousa, possui uma capacidade total de 124 000 toneladas e um volume de encaixe total de 103 156 m³. Com esta Unidade, fica assim assegurado um destino final para este tipo de resíduos, evitando que sejam ilegalmente descarregados no meio ambiente e permitindo a resolução de um pesado passivo ambiental.

A licença de exploração do Aterro de Resíduos Inertes foi renovada em 2016 pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), sendo válida até 31 de dezembro de 2022.

Em 2018, este aterro rececionou 1.124,86 toneladas de resíduos inertes, o que se traduz numa diminuição de aproximadamente 12%, face a 2017. Em termos globais, o aterro de resíduos inertes da louseira da boneca rececionou até ao momento 7.717,96 toneladas de material inerte.

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução das quantidades totais rececionadas nesta instalação.

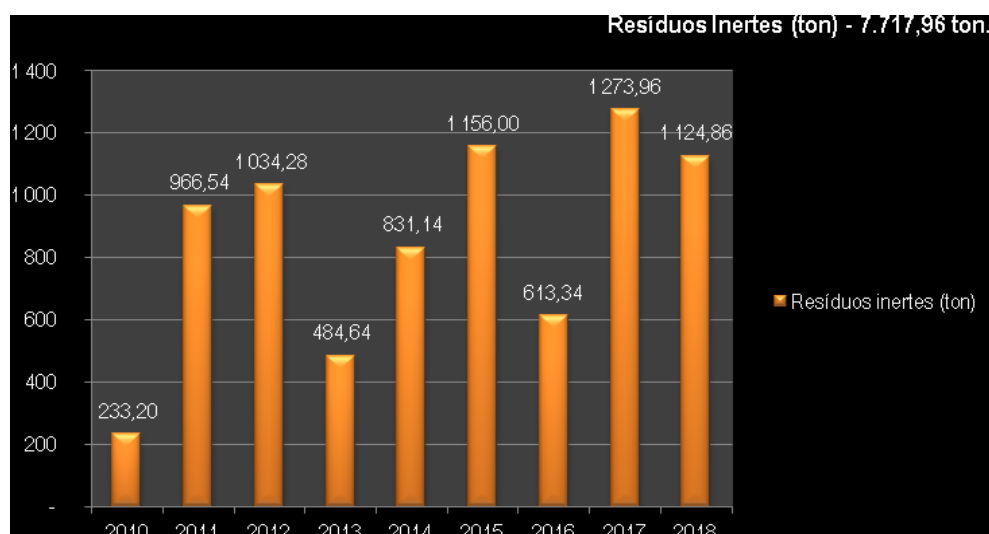


Gráfico 21 – Resíduos inertes rececionados

10.17 Reformulação das Unidades de Triagem de Lustosa e Penafiel

A candidatura “Reforço da recolha seletiva e triagem de Resíduos Urbanos” insere-se na estratégia definida no Eixo 2 - Promover o aumento das recolhas seletivas e a retoma de materiais recicláveis do PAPERSU da Ambisousa, compreendendo a densificação da atual rede de ecopontos, bem como a reformulação dos centros de triagem de Lustosa e Penafiel. Esta candidatura obteve um financiamento aprovado pelo POSEUR de 5.218.942,63 €.

A Ambisousa lançou a 2 de março de 2016 um Concurso Público para a “Reformulação dos Centros de Triagem de Lustosa e Penafiel”, conforme Aviso publicado no Diário da República Nº 43, II Série, de 02/03/2016, bem como no Jornal Oficial da União Europeia em 04/03/2016.

Esta obra foi iniciada em novembro de 2017, tendo até final desse ano sido desenvolvidos os trabalhos de definição de *layout* final das instalações, elaboração do projeto de execução, bem como início das demolições da antiga unidade de triagem de Lustosa.

Durante o ano de 2018 foi executada cerca de 80% da obra, correspondendo à quase totalidade da parte de construção civil e também à maioria dos equipamentos eletromecânicos previstos.

Na Figura seguinte apresentam-se imagens da nova Estação de Triagem de Lustosa.



Figura 15 – Imagens da nova Unidade de Triagem de Lustosa

Tendo em vista potenciar a recuperação de materiais recicláveis e o cumprimento das metas impostas no quadro legislativo, tem sido uma preocupação da Ambisousa em colocar à disposição de todos os municípios da sua área de intervenção equipamentos adequados à deposição seletiva de resíduos.

Para o efeito, a Ambisousa tem vindo a fornecer ecopontos aos vários Municípios, quer para aumento da rede, quer para substituições de equipamentos danificados.

No âmbito da candidatura “Reforço da recolha seletiva e triagem de resíduos urbanos” (POSEUR-03-1911-FC-000050), aprovada em 2016 pelo POSEUR, para além da reformulação das unidades de triagem de Lustosa e Penafiel, encontrava-se igualmente previsto o reforço adicional de 461 ecopontos para os Municípios do Vale do Sousa. Este reforço irá contribuir para uma substancial melhoria do rácio de cobertura existente, passando de 1:334 para 1:230, bem como para uma maior disponibilidade de material potencialmente reciclável.

Em 2017 foram já disponibilizados aos municípios da Ambisousa os primeiros 92 ecopontos, tendo, até final de 2018, sido entregues os restantes 369 ecopontos.

No final de 2018 encontravam-se no Vale do Sousa um total de 1.471 ecopontos, aos quais corresponde um rácio de 1 ecoponto para 226 habitantes.

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução do número de ecopontos disponíveis no Vale do Sousa desde 2012, sendo de salientar um aumento de aproximadamente 33% dos equipamentos disponíveis, face a 2017.

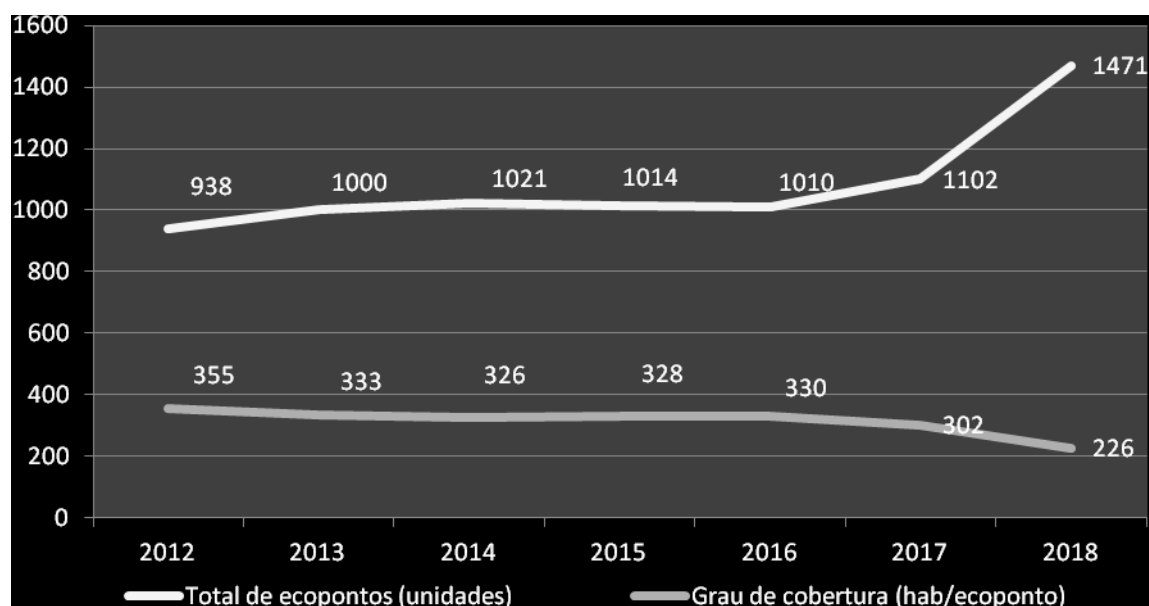


Gráfico 22 – Evolução do nº de ecopontos disponíveis e respetivo grau de cobertura no Vale do Sousa

Na Figura seguinte, apresentam-se alguns dos ecopontos disponibilizados pela Ambisousa.



Figura 16 – Algumas fotografias dos ecopontos disponibilizados pela Ambisousa

10.19 Outras Ações de Educação e Sensibilização Ambiental

A candidatura das “Ações de Educação e Sensibilização com vista à valorização de resíduos” foi aprovada pelo POSEUR em 2017, integrando um “Plano das ações de educação e sensibilização com vista à valorização de resíduos urbanos”.

O conjunto de ações consideradas têm o principal enfoque nos primeiros patamares da pirâmide de gestão de resíduos ou seja ao nível da prevenção e redução e da preparação para a reutilização e reciclagem. Foram financiadas 4 ações, nomeadamente Ação 1 – Promoção da educação e sensibilização da população em geral; Ação 2 – Promoção da prevenção de Resíduos; Ação 3 - Conceção e produção de materiais de suporte a ações de sensibilização e Ação 4 - Formação de técnicos da administração local.

A Ação 1 envolve subações relacionadas com a conceção e produção de vídeos promocionais, a conceção e divulgação de spots e outros programas de rádio e a personalização exterior de viaturas de recolha e outros equipamentos.



Figura 17 – Divulgação de spots na Comunicação Social



Figura 18 - Eventos nas Escolas



Figura 19 – Promoção da Prevenção de Resíduos



Figura 20 – Ação O Fiscal dos Resíduos



Figura 21 – O Mercado de Natal

A Ação 3 é complementar à Ação 2 prevendo a produção de diversos materiais de suporte e a Ação 4 visa a formação de técnicos da administração local (nomeadamente das Câmaras Municipais) no que concerne às técnicas de sensibilização e educação ambiental da população.

Esta candidatura, com um custo total de 117 000€, foi apoiada em 85% pelo POSEUR, o que significa que a Ambisousa apenas terá de suportar 17 550€. Esta candidatura será para executar durante os anos de 2018 e de 2019.

11. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

1 – Situação Económica

A análise económica e financeira que se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial alcançada pela Ambisousa, EIM, no exercício de 2018.

Os resultados apresentados foram os seguintes:

	2018	2017
Resultados Operacionais	463.330	1.736.143
EBITDA	1.441.788	2.486.083
Resultados Financeiros	0,00	-6,77
Resultados Antes de Impostos	463.330	1.736.136
Imposto sobre o Rendimento	-98.948	-38.319
Imposto Diferido	0	-367.818
Resultado Líquido do Exercício	364.382	1.329.999

A Ambisousa EIM, concluiu o exercício económico de 2018, com um reforço da sua situação económica, tendo obtido um resultado líquido positivo de 364.382 €. Este resultado traduz uma evolução favorável da atividade da empresa, cujo valor não deve ser comparado com o obtido no ano anterior, dado que em 2017 foi contabilizada a reversão da imparidade relativa à dívida do cliente Paços de Ferreira, cuja dívida foi saldada nesse exercício.

Rendimentos e ganhos

	2018	2017	Variação	
			2018-2017	
			Valor	%
Vendas	1.274.113	1.315.030	-40.918	-3,11%
Prestação de serviços (gestão de resíduos)	2.788.600	2.828.363	-39.763	-1,41%
Subsídios à Exploração	7.088	0	7.088	100,00%
Ganhos e perdas imp de subs, associadas	4000	0	4.000	100,00%
Reversões de Imparidades	0	1.751.514	-1.751.514	-100,00%
Outros Rendimentos e Ganhos	532.694	637.727	-105.033	-16,47%
Total dos Rendimentos e Ganhos	4.606.495	6.532.634	-1.926.140	-29,48%
(valores em Euros)				

Os rendimentos e ganhos do exercício atingiram o montante 4.606.495 €. Este valor reflete uma variação em relação ao ano de 2017 de menos 1.926.140 Euros, que como já foi referido reflete a contabilização da reversão da perda por imparidade da dívida de Paços de Ferreira, efetuada em 2017. Para além deste facto também deveremos assinalar uma ligeira quebra do volume de negócios quer na componente de reciclados, com um decréscimo de 3,11% (40.918 Euros), relacionado com a execução da obra “Reformulação dos Centros de

Triagem de Lustosa e Penafiel”, quer na componente da gestão de resíduos com um decréscimo de 1,41% (39.763 Euros), devido a uma quebra na produção na Central de Valorização Energética de Lustosa.

Gastos e Perdas

	2018	2017	Variação	
			2018 - 2017	
			Valor	%
Custo das Merc. Vend. e Consumidas	229.297	222.228	7.069	3,18%
Fornecimentos e Serviços Externos	2.025.160	2.192.305	-167.144	-7,62%
Custos com o Pessoal	796.483	667.842	128.641	19,26%
Outros Gastos e Perdas	113.766	815.390	-701.623	-86,05%
Amortizações, Ajustamentos e Imparidade	978.458	749.941	228.517	30,47%
Provisões do Período	0	148.786	-148.786	-100,00%
Juros e Gastos similares suportados	0	7	-7	-100,00%
Total dos Custos e Perdas	4.143.165	4.796.498	-653.333	-13,62%
(valores em Euros)				

O total dos gastos e perdas de 2018 atingiram o valor de 4.143.165 €, registando-se um desagrevamento de cerca de 13,62 % (653.333 €) relativamente ao exercício de 2017.

Esta evolução foi influenciada, no essencial, pela evolução dos gastos da rubrica de “Outros Gastos”, verificando-se uma redução de gastos no valor de 701.630 €, cerca de menos 86,05%. Esta variação, no essencial, deveu-se à anulação dos juros de mora debitados a Paços de Ferreira, no ano de 2017.

Situação Patrimonial e Financeira (valores em Euros)

	2018	2017
Ativos fixos tangíveis	5.339.986	1.869.431
Ativos fixos intangíveis	0	68.370
Participações Financeiras	510	510
Outros investimentos financeiros	1.420	628
Ativos por Impostos Diferidos	0	0
Ativo Corrente	11.693.953	11.705.618
Total do Ativo	17.035.868	13.644.557
Capital Próprio	10.077.483	8.331.432
Provisões	3.290.004	3.281.018
Passivo por impostos diferidos	414.396	45.620
Passivo Corrente	3.253.988	1.986.486
Total do Capital Próprio e Passivo	17.035.868	13.644.557

No que respeita a análise da situação patrimonial e financeira, destaca-se um assinalável aumento dos ativos, no montante de 3.391.311 €. Esta forte variação deveu-se principalmente ao arranque do investimento relacionado com a obra “Reformulação dos Centros de Triagem de Lustosa e Penafiel”. Do mesmo modo este efeito traduziu-se na variação positiva do Capital Próprio, através do reconhecimento de subsídios ao investimento não reembolsáveis, bem como devido à continuação da política de retenção dos resultados na empresa. Paralelamente, esta evolução refletiu-se no comportamento positivo dos Indicadores Financeiros.

Indicadores Financeiros

INDICADORES	2018	2017	2016
Liquidez Geral	3,19	5,76	4,49
Fundo de Maneio *	8.026	9.674	7.462
Prazo médio Recebimentos **	181	140	329
Autonomia Financeira	0,59	0,61	0,57
Meios Libertos *	1.342	2.228	716

* Valores em milhares de Euros

** Valores em dias

Em relação aos indicadores financeiros atrás calculados, registe-se o facto de se manterem positivos, sendo de realçar, porém o fato do prazo médio de recebimentos, ter invertido a tendência de melhoria, que se estava a verificar, ou seja, o prazo médio de recebimentos, passou de 140 dias para um prazo de 181 dias, neste exercício. Os rácios de liquidez e do fundo de maneio traduzem um reforço da estabilização da boa situação económica e financeira.

12. DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à administração fiscal, nem ao Centro Regional da Segurança Social, nem quaisquer outras entidades públicas.

13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido positivo do exercício de 2018, que ascendeu ao valor de 364.382,18 €, seja dada a seguinte aplicação:

- 10 % para Reserva Legal, na quantia de 36.438,22 €;
- A quantia remanescente, no valor de 327.943,96 €, seja aplicado na conta “Reserva para Investimentos Futuros”.

14. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos das alíneas a), b) e d) do número 1 do Artigo 29º dos Estatutos da Empresa, juntam-se os quadros para o efeito elaborados:

Balanço da Empresa;

Demonstração dos Resultados por Natureza;

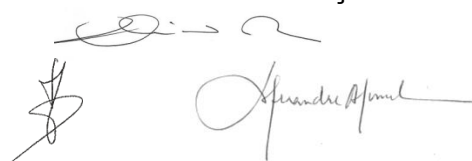
Demonstração dos fluxos de caixa;

Demonstração das variações do Capital Próprio

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		UNIDADE MONETÁRIA (1)	
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-18	31-dez-17
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	(8)	5.339.985,84	1.869.431,35
Ativos intangíveis	(7)	0,00	68.370,05
Participações financeiras - outros métodos	(9)	510,00	510,00
Outros investimentos financeiros	(15,10)	1.419,91	628,10
		5.341.915,75	1.938.939,50
Ativo Corrente			
Inventários	(10)	55.182,55	54.864,03
Clientes	(14.1)	2.012.550,23	1.588.236,47
Estados e outros entes públicos	(15.1)	208.790,22	141.400,85
Outros créditos a receber	(14.2)	2.601,89	157.784,45
Diferimentos	(15.2)	43.551,48	42.978,92
Caixa e depósitos bancários	(4)	9.371.276,14	9.720.352,80
		11.693.952,51	11.705.617,52
Total do Ativo		17.035.868,26	13.644.557,02
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	(14.6)	600.000,00	600.000,00
Reservas legais	(14.7)	642.561,95	509.562,10
Outras reservas	(14.7)	6.913.178,66	5.716.179,96
Outras variações no capital próprio	(14.8)	1.557.360,26	175.691,85
		9.713.100,87	7.001.433,91
Resultado líquido do período		364.382,18	1.329.998,55
Total do capital próprio		10.077.483,05	8.331.432,46
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	(13)	3.290.003,74	3.281.017,74
Passivo por impostos diferidos	(12)	414.396,57	45.620,73
		3.704.400,31	3.326.638,47
Passivo corrente			
Fornecedores	(14.3)	229.520,01	323.384,69
Estado e outros entes públicos	(15.1)	89.121,56	29.872,65
Outras dívidas a pagar	(14.4)	2.935.343,33	1.633.228,75
		3.253.984,90	1.986.486,09
Total do passivo		6.958.385,21	5.313.124,56
Total do capital próprio e do passivo		17.035.868,26	13.644.557,02

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

O Conselho de Administração

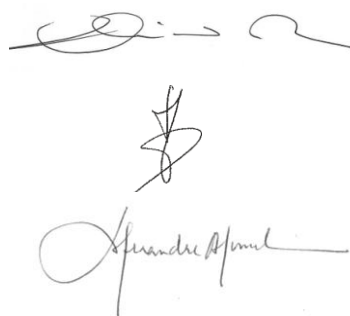


O Técnico Oficial de Contas



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS			
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO de 2018		UNIDADE MONETÁRIA (1)	
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	(11)	4.062.712,56	4.143.392,55
Susídios à exploração	(15,9)	7.087,75	0,00
Ganhos/perdas imput. de subsid, assoc. empreend.conj.	(9)	4.000,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(10)	-229.297,42	-222.227,89
Fornecimentos e serviços externos	(15.3)	-2.025.160,28	-2.192.304,81
Gastos com o pessoal	(15.4)	-796.483,15	-667.842,26
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(14.5)	0,00	1.751.514,22
Provisões do Período	(13)	0,00	-148.786,00
Outros rendimentos	(15.5)	532.694,23	637.726,79
Outros gastos	(15.6)	-113.766,07	-815.389,12
Resultado antes de deprec, gastos de financ e imp		1.441.787,62	2.486.083,48
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(15.7)	-978.457,92	-749.940,61
Resultado operacionais (antes de gastos de financ. e imp)		463.329,70	1.736.142,87
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	(15.8)	0,00	-6,77
Resultado antes de impostos		463.329,70	1.736.136,10
Imposto sobre o rendimento do período	(12)	-98.947,52	-406.137,55
Resultado líquido do período		364.382,18	1.329.998,55
(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros			

O Conselho de Administração



O Técnico Oficial de Contas



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018			
		2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
	Recebimentos de clientes	5.358.635,84	8.249.929,80
	Pagamentos a fornecedores	-2.434.093,26	-3.120.816,08
	Pagamentos ao Pessoal	-460.370,48	-423.397,89
	Fluxo gerado pelas operações	2.464.172,10	4.705.715,83
	Pagamento/recebimento do imposto s/ o rendimento	-36.363,23	-33.024,26
	Outros recebimentos/pagamentos relativos à activ. operacional	-1.207.265,74	-997.657,49
	Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	1.220.543,13	3.675.034,08
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
	Recebimentos provenientes de:		
	Activos fixos tangíveis	0,00	0,00
	Subsídios de investimento	2.334.205,58	60.772,79
	Juros e rendimentos similares	20.838,18	16.183,25
	Pagamentos respeitantes a:		
	Investimentos financeiros	791,81	0,00
	Activos fixos tangíveis	-3.929.455,36	-183.998,53
	Fluxo de caixa das actividades de investimento (2)	-1.573.619,79	-107.042,49
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
	Pagamentos/recebimentos provenientes de:		
	Amortização de contratos de locação financeira	0,00	0,00
	Juros e custos similares	0,00	0,00
	Dividendos	4.000,00	0,00
	Outras operações de financiamento	0,00	0,00
	Fluxo de caixa das actividades de financiamento (3)	4.000,00	0,00
	Variações de caixa e seus equivalentes	-349.076,66	3.567.991,59
	Efeito das diferenças de câmbio		
	Caixa e seus equivalentes no início do período	9.720.352,80	6.152.361,21
	Caixa e seus equivalentes no fim do período	9.371.276,14	9.720.352,80
(valores em euros)			

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas

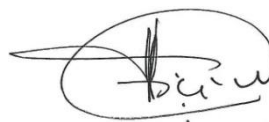
Demonstração individual das alterações no capital próprio no exercício de 2018

Unidade monetária (1)

DESCRIÇÃO	NOTA S	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa							Total do Capital Próprio
		Capital SUBSCRITO	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	600.000,00	498.627,75	5.638.410,92	(20.640,13)	216.916,48	109.343,52	7.042.658,54	7.042.658,54
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Alterações de políticas contábilísticas									
Ajustamentos por impostos diferidos			10.934,35	77.769,04	20.640,13	(41.224,63)	(109.343,52)	(41.224,63)	(41.224,63)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			10.934,35	77.769,04	20.640,13	(41.224,63)	(109.343,52)	(41.224,63)	(41.224,63)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2						1.329.998,55	1.329.998,55	1.329.998,55
RESULTADO INTEGRAL	3							1.329.998,55	1.329.998,55
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	4=2+3								
Realizações de capital									
Distribuições									
Entradas para cobertura de perdas									
Outras operações									
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	5								
	6=1+2+3+5	600.000,00	509.562,10	5.716.179,96		175.691,85	1.329.998,55	8.331.432,46	8.331.432,46
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	7	600.000,00	509.562,10	5.716.179,96		175.691,85	1.329.998,55	8.331.432,46	8.331.432,46
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Alterações de políticas contábilísticas									
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis									
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações									
Ajustamentos por impostos diferidos			132.999,85	1.196.998,70		1.381.668,41	(1.329.998,55)	1.381.668,41	1.381.668,41
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			132.999,85	1.196.998,70		1.381.668,41	(1.329.998,55)	1.381.668,41	1.381.668,41
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8						364.382,18	364.382,18	364.382,18
RESULTADO INTEGRAL	9							364.382,18	364.382,18
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	10=8+9								
Realizações de capital									
Distribuições									
Entradas para cobertura de perdas									
Outras operações									
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	11								
	12=7+8+10	600.000,00	642.561,95	6.913.178,66		1.557.360,26	364.382,18	10.077.483,05	10.077.483,05

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas



15. Notas às Demonstrações Financeiras

Nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 29.º dos Estatutos da Empresa, junta-se o anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

Notas às Demonstrações Financeiras

Nota 1. Identificação da entidade

A Ambisousa - Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos, EIM foi constituída por escritura pública celebrada em 14 de outubro de 2002.

Tem a sua sede na Av. Sá e Melo, n.º 30, Cristelos 4620-009 Lousada.

A Empresa tem como objeto social a exploração da atividade de recolha, transferência, tratamento e deposição de resíduos sólidos, de tratamento e rejeição de efluentes e de limpeza e higiene públicas, na área geográfica do Vale do Sousa.

A Associação de Municípios do Vale do Sousa é a única detentora do capital social, que atualmente ascende a 600.000 €.

Nota 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, posteriormente alteradas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Diretrizes Contabilísticas com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2010. Assim, para o exercício que se iniciou após esta data a empresa passou a fazer o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Nota 3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

(a) Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo.

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Com exceção dos Terrenos que não são amortizáveis, os Ativos Fixos Tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método da linha reta.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2018	2017
	Anos de vida útil	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 20	10 - 20
Equipamento básico	8 - 20	8 - 20
Equipamento de transporte	4	4
Equipamento administrativo	4 - 10	4 - 10
Outros Ativos tangíveis	3 - 20	3 - 20

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem. Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do ativo fixo tangível a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse ativo fixo tangível ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Imparidade

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;

- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

(b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis referem-se às responsabilidades da Empresa com o encerramento dos Aterros, explorados no âmbito da sua atividade. Foram mensurados, na data de reconhecimento inicial, ao valor descontado dos custos totais estimados, à data da atribuição das respetivas licenças.

Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da Linha Reta. Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciable sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2018	2017
	Anos de vida útil que restam	Anos de vida útil que restam
Aterro de Lustosa	1 ano	2 anos
Aterro de Rio Mau	2 anos	3 anos

Prevê-se que o Aterro de Lustosa encerre em 2019 e o Aterro de Rio Mau encerre em 2020.

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / reversões de depreciação e amortização.

(c) Participações financeiras - outros métodos

A Empresa utiliza o modelo do custo para participações financeiras em empresas que não são Subsidiárias nem Associadas.

De acordo com o modelo do custo as participações financeiras são reconhecidas inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transação, sendo subsequentemente o seu valor diminuído por perdas por imparidade, sempre que ocorram.

Imparidade

A empresa avaliou a imparidade destes ativos no final do ano. Sempre que existiu uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados. A evidência objetiva de imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do emitente;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial;
- Alterações significativas com efeitos adversos que tenham ocorrido no ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que o emitente opere.

Todos os instrumentos de capital próprio foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade.

(d) Ativos e Passivos por Impostos Diferido e Imposto sobre o Rendimento do Período**(d.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos**

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados;
- Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

- As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Não são reconhecidos impostos diferidos relativos às diferenças temporárias associadas aos investimentos em sucursais e associadas e interesses em empreendimentos conjuntos por se considerar que se encontram, satisfeitas, simultaneamente, as seguintes condições:

- A Empresa seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária; e
- Seja provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço; e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

(d.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício. O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A empresa é residente em Portugal e é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%. Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

(e) Inventários

Os inventários encontram-se valorizados ao custo de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando-se o custo médio como método de custeio. O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos.

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

(f) Ativos Financeiros não incluídos na alínea c) acima

Os Ativos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual. Os Ativos financeiros não incluídos na alínea atrás e que não são valorizados ao justo valor estão valorizados ao custo ou ao custo amortizado líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a empresa avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade.

Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Financeiros.

(f.1) Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços descritos na alínea n) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea f).

(f.2) Outras Contas a Receber

As outras contas a receber incluem:

- Devedores por acréscimos de rendimentos
- Dívidas do pessoal
- Outros devedores

e encontram-se valorizadas ao custo menos imparidade. A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea f).

(f.3) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também:

- Os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço e
- Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa incluídos na rubrica de Ativos Não Correntes Detidos para Venda.

(g) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

(h) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

(i) Rubricas dos Capitais Próprios**(i.1) Capital Realizado**

Em cumprimento do disposto no art.º 272.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

(i.2) Reservas Legais

De acordo com o art.º 295.º do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

Nos termos dos Estatutos da Ambisousa, a dotação anual para reforço da reserva legal não pode ser inferior a 10 % do resultado líquido do exercício, deduzido da quantia necessária à cobertura dos prejuízos transitados.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (artº 296 do CSC).

(i.3) Outras reservas

Esta rubrica inclui as quantias de todas e quaisquer reservas distribuíveis, cuja afetação decorre da deliberação dos detentores de capital.

(i.4) Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados dos períodos anteriores, para os quais não existe uma deliberação específica sobre a sua aplicação (se lucros), ou cobertura (se prejuízos) Esta rubrica regista também os efeitos da mudança de referencial contabilístico, tal como definido na NCRF 3.

(i.5) Outras variações no capital próprio - subsídios ao investimento

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis, líquidos de impostos diferidos, que estejam relacionados com ativos tangíveis e intangíveis.

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, esta conta é reduzida:

- No que respeita aos subsídios relativos a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, pela imputação, numa base sistemática, a rendimentos durante os períodos necessários para balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;

- No que respeita a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, pela imputação a rendimentos nos exercícios em que seja necessário compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

Estes subsídios não estão disponíveis para distribuição até que sejam imputados a rendimentos durante os períodos necessários para: (i) balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem i.e. amortizações e depreciações e/ou (ii) para compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

(j) Provisões

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade. As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

As provisões para as responsabilidades com o encerramento dos Aterros está dependente de pressupostos e estimativas que as tornam sensíveis a:

- Expectativa de custo a ser incorrido;
- Data previsível da ocorrência dos custos;
- Taxa de desconto utilizada no desconto das saídas de caixa esperadas.

Os custos de restauro dos Aterros, em cuja obrigação se incorre com a atribuição das licenças de exploração dos Aterros, fazem parte do custo do ativo fixo intangível correspondente e são amortizados linearmente ao longo da vida útil dos Aterros.

A provisão é descontada à taxa de juro das obrigações do tesouro a 10 anos.

(l) Benefícios dos Empregados

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento. De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

(m) Passivos Financeiros

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual. Os Passivos financeiros não incluídos nas alíneas atrás estão valorizados ao custo.

(m.1) Financiamentos obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo.

(m.2) Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

(m.3) Outras Contas a Pagar

As outras contas a pagar, incluem: Credores por acréscimos de rendimentos; Fornecedores de investimento; Dívidas ao pessoal; Outros credores. E encontram-se valorizadas ao custo.

n) Vendas e serviços prestados

As Vendas são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser estimado com fiabilidade o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser mensurada com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser mensurada com fiabilidade;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A percentagem de acabamento é determinada tendo por base a proporção que os custos incorridos até à data têm nos custos totais estimados da prestação de serviços (referentes aos serviços executados ou a serem executados).

Pagamentos progressivos e adiantamentos de clientes não são tidos em conta para a determinação da percentagem de acabamento.

(o) Subsídios à exploração

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis que não estejam relacionados com ativos. Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

(p) Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem os juros suportados determinados com base no método da taxa de juro efetiva.

(q) Ativos e Passivos Contingentes

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade, ou uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:

- Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
- A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

(r) Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3.2 Principais julgamentos e estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com o SNC, o Conselho de Administração utiliza julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida. Os efeitos reais

podem diferir dos julgamentos e estimativas efetuados, nomeadamente no que se refere ao impacto dos custos e proveitos que venham realmente a ocorrer.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras são como segue:

(a) Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização / depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos sectores em que a Empresa opera.

(b) Provisões para Impostos

A Empresa, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

(c) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

(d) Provisões

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

(e) Taxa de Desconto

A provisão é descontada à taxa de juro das obrigações do tesouro a 10 anos.

(f) Custo com o encerramento

Com a obtenção das Licenças de Exploração a Ambisousa ficou com a responsabilidade de encerramento dos Aterros, nos termos da legislação em vigor.

A Ambisousa encomendou a uma entidade externa um estudo que, para além da estimativa dos custos associados a esta responsabilidade, também elaborou um plano de encerramento dos Aterros.

Com as conclusões deste estudo, foi definido o valor da provisão a realizar para este efeito.

Nota 4. Fluxos de caixa

A rubrica de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	31.12.2018	31.12.2017
Caixa	110,77	76,39
Depósitos à ordem	2.866.165,37	3.215.276,41
Depósitos a prazo	6.505.000,00	6.505.000,00
	9.371.276,14	9.720.352,80

Nota 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Nada a referir.

Nota 6. Partes relacionadas

Os saldos e transações com estas entidades relacionadas são os seguintes:

a) Saldos

Entidades	2018	2017
Câmara Municipal de Lousada	114.654,62	107.252,56
Câmara Municipal de Castelo de Paiva	81.573,99	54.613,36
Câmara Municipal de Paredes	647.684,13	541.937,70
Câmara Municipal de Penafiel	773.415,85	490.228,83
Câmara Municipal de Paços Ferreira	97.984,92	134.373,81
Câmara Municipal Felgueiras	51.564,01	47.885,17
TOTAL	1.766.877,52	1.376.291,43

b) Transações

Entidades	Prestação Serviços	Fornecimentos Serviços Externos	Outros Gastos	Total Liquido 2018
Câmara Municipal de Castelo de Paiva	84.955	7.998	0	76.957
Câmara Municipal de Paredes	588.498	71.099	0	517.399
Câmara Municipal de Penafiel	444.950	55.518	0	389.432
Câmara Municipal de Paços Ferreira	369.177	49.731	0	319.446
Câmara Municipal Felgueiras	377.899	42.444	0	335.454
Câmara Municipal de Lousada	291.295	43.103	0	248.192
TOTAL	2.156.773	269.892	0	1.886.881

Entidades	Prestação Serviços	Fornecimentos Serviços Externos	Outros Gastos	Total Liquido 2017
Câmara Municipal de Castelo de Paiva	81.312	6.926	0	74.386
Câmara Municipal de Paredes	538.255	67.759	0	470.496
Câmara Municipal de Penafiel	418.090	149.132	0	268.958
Câmara Municipal de Paços Ferreira	349.656	268.320	716.338	-635.002
Câmara Municipal Felgueiras	360.224	38.099	0	322.125
Câmara Municipal de Lousada	281.986	28.181	0	253.805
TOTAL	2.029.522	558.418	716.338	754.767

Nota 7. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

31-dez-18					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativo Bruto					
Programas computador	13.000,75				13.000,75
Out. ativos intangíveis	1.002.108,31				1.002.108,31
Total	1.015.109,06	0,00	0		1.015.109,06
	Saldo inicial	Amortização do exercício	Perda por imparidade do exercício	Transferências e abates	Saldo Final
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas					
Programas computador	13.000,05	0,00			13.000,05
Out. ativos intangíveis	933.738,96	68.370,10		-0,05	1.002.109,01
Total	946.739,01	68.370,10	0	-0,05	1.015.109,06
Valor Líquido	68.370,05				0,00

31-dez-17					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativo Bruto					
Programas computador	13.000,75				13.000,75
Out. ativos intangíveis	1.002.108,31				1.002.108,31
Total	1.015.109,06	372.924,92	0	0	1.015.109,06
	Saldo inicial	Amortização do exercício	Perda por imparidade do exercício	Transferências e abates	Saldo Final
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas					
Programas computador	13.000,05	0,00			13.000,05
Out. ativos intangíveis	859.153,92	74.585,04			933.738,96
Total	872.153,97	74.585,04	0	0	946.739,01
Valor Líquido	142.955,09				68.370,05

Nota 8. Ativos tangíveis

A quantia escriturada bruta, depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

31-dez-18					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativo Bruto					0
Terrenos	31.250,00				31.250,00
Edifícios	3.769.197,84	0,00		0,00	3.769.197,84
Equip. básico	1.920.271,07	9.972,14	0,00	5.677,52	1.924.565,69
Equip. transporte	601.159,04	93.160,16	0,00	0,00	694.319,20
Equip. administrativo	106.369,31	4.870,73	0,00	2.411,22	108.828,82
Outros	539.090,18	497.542,28	0,00	0,00	1.036.632,46
Investimento em curso	53.265,60	3.775.170,55	0,00	0,00	3.828.436,15
Total	7.020.603,04	4.380.715,86	0,00	8.088,74	11.393.230,16
	Saldo inicial	Depreciações do exercício	Perda por imparidade do exercício	Transferências e abates	Saldo Final
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas					
Terrenos					0,00
Edifícios	2.294.301,05	264.844,44	0,00	0,00	2.559.145,49
Equip. básico	1.718.309,85	85.359,27		5.677,52	1.797.991,60
Equip. transporte	565.410,20	17.431,26	0,00	0,00	582.841,46
Equip. administrativo	96.684,12	4.411,13		2.337,67	98.757,58
Outros	476.466,47	538.041,72		0,00	1.014.508,19
Total	5.151.171,69	910.087,82	0,00	8.015,19	6.053.244,32
Valor Líquido	1.869.431,33				5.339.985,84

31-dez-17					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativo Bruto					0
Terrenos	31.250,00				31.250,00
Edifícios	3.769.197,84	0,00		0,00	3.769.197,84
Equip. básico	1.919.278,23	992,84	0,00	0,00	1.920.271,07
Equip. transporte	601.159,04	0,00	0,00	0,00	601.159,04
Equip. administrativo	101.283,24	5.086,07	0,00	0,00	106.369,31
Outros	358.946,03	180.144,15	0,00	0,00	539.090,18
Investimento em curso	11.000,00	42.265,60	0,00	0,00	53.265,60
Total	6.792.114,38	228.488,66	0,00	0,00	7.020.603,04
	Saldo inicial	Depreciações do exercício	Perda por imparidade do exercício	Transferências e abates	Saldo Final
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas					
Terrenos					0,00
Edifícios	1.967.357,15	326.944,77	0,00	0,85	2.294.301,07
Equip. básico	1.631.798,16	93.309,46		6.797,77	1.718.309,85
Equip. transporte	540.275,69	18.413,07		-6.721,44	565.410,20
Equip. administrativo	94.337,33	4.406,71		2.059,92	96.684,12
Outros	234.215,89	232.281,58		-9.969,00	476.466,47
Total	4.467.984,22	675.355,59	0,00	-7.831,90	5.151.171,71
Valor Líquido	2.324.130,16				1.869.431,33

As principais aquisições do ano dizem respeito às viaturas ligeiras de mercadorias para apoio à recolha seletiva e a aquisição de ecopontos e compostores no âmbito das candidaturas aprovadas pelo POSEUR.

Nota 9. Participações financeiras - outros métodos

O Conselho Diretivo da Associação de Municípios do Vale do Sousa deliberou, no dia 25 de janeiro de 2016, a reversão gratuita da quota de 10% que detinha na Pan-Eco para a Ambisousa.

Em 2018 foram recebidos 4.000,00 € de dividendos, não tendo havido distribuição de dividendos em 2017.

Nota 10. Inventários

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

31-12-2018			
Descrição	Mercadorias	Matérias Subsidiárias	Total
Existências iniciais	0	54.864,03	54.864,03
Compras	1.872,00	227.743,94	229.615,94
Existências finais		55.182,55	55.182,55
Custos no exercício	1.872,00	227.425,42	229.297,42

31-12-2017			
Descrição	Mercadorias	Matérias Subsidiárias	Total
Existências iniciais	0	62.692,45	62.692,45
Compras	2.356,00	212.043,47	214.399,47
Existências finais	0	54.864,03	54.864,03
Custos no exercício	2.356,00	219.871,89	222.227,89

Não existem imparidades registadas em Inventários.

Nota 11. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

Vendas e Prestação de Serviços	2018	2017
Vendas		
- Reciclados	1.274.112,50	1.315.029,72
Prestação de Serviços		
- Deposição de resíduos	2.142.410,52	2.018.282,17
- Venda Energia Elétrica	591.389,70	753.479,93
- Exploração do Biogás Penafiel	0,00	2.152,82
- Venda de energia - Fotovoltaico	27.953,36	31.709,54
- Outros serviços	26.846,48	22.738,37
	4.062.712,56	4.143.392,55

Nota 12. Imposto sobre o rendimento

O Gasto (rendimento) por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

Imposto sobre o rendimento	31-12-2018	31-12-2017
Imposto corrente	98.947,52	38.319,34
Imposto diferido	0,00	367.818,21
	98.947,52	406.137,55

Tendo em conta as alterações nas taxas de tributação decorrentes das alterações legais, nomeadamente a redução de taxa de IRC para 21%, foram feitos os ajustamentos necessários.

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de Imposto	
	2018	2017	2018	2017
Resultados antes de impostos	463.330	1.736.136		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	97.299	364.589	21,00%	21,00%
Reversões de Imparidades	0	1.751.514		
Depreciação e amortizações tributadas em anos anteriores	2.909	2.909		
Resultados de associadas	4000	0		
Benefícios fiscais	12.351	12.181		
	19.260	1.766.604		
Provisões não dedutíveis	0	148.786		
Donativos	1.150	1.600		
Correções relativas a exercícios anteriores	595	7.832		
Rendas aluguer viaturas ligeiras passageiros não aceites	4.304	10.329		
Outros	451,95	0		
	6.501	168.547		
Lucro tributável	450.571	138.079		
Imposto calculado	94.620	28.997		
Tributação autónoma	4.328	9.322		
Imposto sobre o rendimento	98.948	38.319	21,36%	2,21%

As quantias de ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período são as indicadas no quadro seguinte:

	Contas de Balanço		Contas de Resultados		Outras rubricas de Capital Próprio	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Impostos diferidos ativos						
Provisão não aceite fiscalmente				367.818		
Impostos diferidos passivos						
Passivos por impostos diferidos	414.397	45.621			414.397	45.621

Nota 13. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões, por cada provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte.

31-dez-18					
	Saldo inicial	Efeito do desconto	Reforço Provisão	Utilização Provisão	Saldo Final
Outros	3.132.231,74	8.986,00	0	0,00	3.141.217,74
Outras provisões	148.786,00				148.786,00
Total	3.281.017,74	8.986,00	148.786,00	148.417,98	3.290.003,74

31-dez-17					
	Saldo inicial	Efeito do desconto	Reforço Provisão	Utilização Provisão	Saldo Final
Outros	3.254.233,72	26.416,00	0,00	148.417,98	3.132.231,74
Outras provisões			148.786,00		148.786,00
Total	3.254.233,72	26.416,00	148.786,00	148.417,98	3.281.017,74

As provisões registadas pela Empresa referem-se às responsabilidades com o encerramento dos Aterros, explorados no âmbito da sua atividade. Não existem outros passivos de carácter ambiental, materialmente relevantes, incluídos em rubricas do Balanço, para além das quantias apresentadas nas contas de Provisões. A política contabilística adotada no caso de dispêndios de longo prazo referentes ao restauro dos locais, ao encerramento e desmantelamento encontra-se descrita na alínea j) do parágrafo 3.1. Face ao critério utilizado, encontra-se refletida nas contas de provisões a quantia total descontada da provisão que será necessária para cobrir todos os dispêndios a longo prazo.

A quantia não descontada do passivo de longo prazo referente ao restauro dos locais, ao encerramento e desmantelamento, bem como a taxa de desconto utilizada são as indicadas no quadro seguinte:

Provisão para matérias ambientais	2018		2017	
	Lustosa	Rio Mau	Lustosa	Rio Mau
Quantia não descontada do passivo de longo prazo ao restauro dos locais de encerramento e desmantelamento	1.775.000	1.702.000	1.775.000	1.702.000
Taxa de desconto	1,73%		1,83%	
Data estimada de encerramento dos aterros	31-12-2019	31-12-2020	31-12-2018	31-12-2020

Nota 14.1 Clientes

Clientes	31-12-2018	31-12-2017
Clientes c/ gerais - Mercado Nacional	2.012.550,23	1.588.236,47
Clientes de cobrança duvidosa	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total de Clientes	2.012.550,23	1.588.236,47

**Mapa de antiguidade de saldos
31-12-2018**

	Não Venc.	-90 Dias	+90 e -240D.	+240 e -360D.	+360Dias	Total
Total Geral	731.018,91	539.165,91	575.517,57	163.462,36	3.385,50	2.012.550,25

**Mapa de antiguidade de saldos
31-12-2017**

	Não Venc.	-90 Dias	+90 e -240D.	+240 e -360D.	+360Dias	Total
Total Geral	671.485,26	509.232,40	405.150,93	0,00	2.367,90	1.588.236,49

Mais de 85% dos saldos a receber dizem respeito a partes relacionadas, cujo detalhe pode verificar-se na Nota 6 e o aumento do saldo deve-se essencialmente ao aumento do prazo de liquidação.

Nota 14.2 Outras contas a receber

Outros Créditos a Receber	31-12-2018	31-12-2017
<u>Devedores p/ acréscimos Rendimentos</u>	0,00	53.757,22
Juros a receber	0,00	0,00
Outros Devedores por acréscimos rendimentos	0,00	53.757,22
Outros devedores e credores	2.601,89	104.027,23
- Instituto Financeiro (POSEUR)	0,00	104.027,23
- Outras entidades	2.601,89	0,00
	2.601,89	157.784,45

Nota 14.3 Fornecedores

Fornecedores	31-12-2018	31-12-2017
Fornecedores c/gerais	229.520,01	323.384,69
	229.520,01	323.384,69

Nota 14.4 Outras dívidas a pagar

Outras dívidas a pagar	31-12-2018	31-12-2017
<u>Credores p/ acréscimos de Gastos</u>		
Remunerações a liquidar	99.072,99	77.044,17
Contrapartida dos Municípios	506.078,97	236.186,56
Outros credores p/ acréscimos	31.121,66	21.111,90
<u>Credores Diversos</u>		
Projeto "Tampinhas & Embalagens"	224.521,75	222.628,77
Autoridade Nacional de Resíduos	1.239.211,61	992.868,65
Fornecedores de Investimentos	674.667,04	78.035,47
Outros Credores Diversos	160.669,31	5.353,24
	2.935.343,33	1.633.228,76

O aumento da rubrica "Contrapartida dos Municípios" deve-se ao facto de estarem acrescidos 2 períodos.

O aumento da conta "Autoridade Nacional de Resíduos" deve-se, por um lado ao aumento da Taxa de Gestão de Resíduos cobrada ao municípios, e por outro lado à contabilização da estimativa da Taxa de Gestão de Resíduos – Não Repercutível a pagar em 2018, no montante de 81.313€, por incumprimento das metas estabelecidas para a Ambisousa.

No âmbito do PERSU 2020, que define metas relativamente à gestão de resíduos aplicáveis à Ambisousa, o Conselho de Administração da Ambisousa aprovou um conjunto de medidas, nomeadamente, encaminhamento de RSU para uma Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico, recolha seletiva de Resíduos Urbanos Biológicos em grandes produtores, reforço do projeto para recolha seletiva porta-a-porta em produtores não-domésticos, otimização e reforço da Rede de Ecopontos, entre outras, a serem implementadas em 2019, que irá permitir a Ambisousa cumprir substancialmente as metas estabelecidas, reduzindo desde modo o valor a pagar de taxa de gestão de resíduos – não repercutível para montantes imateriais.

O aumento da conta "Fornecedores de Investimentos" está relacionado com a execução da obra "Reformulação dos Centros de Triagem de Lustosa e Penafiel".

Nota 14.5 Reversões

Em resultado da liquidação da dívida do Município de Paços de Ferreira, procedeu-se à reversão da imparidade que tinha sido criada para este efeito.

Reversões	31-12-2018	31-12-2017
Em Dívidas a receber	0,00	1.751.514,22
Clientes	0,00	0,00
Município de Paços de Ferreira	0,00	1.751.514,22
Total	0,00	1.751.514,22

Nota 14.6 Capital social

O capital social está totalmente subscrito e realizado e é decomposto como segue:

		Capital Subscrito	Capital Realizado
		31-12-2018	31-12-2018
Associação de Municípios do Vale do Sousa	100%	600.000,00	600.000,00

O capital encontra-se integralmente realizado estando representado por 600.000 ações com o valor nominal de 1 Euro cada.

Nota 14.7 Reservas Legais

De acordo com o art.º 295.º do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

Nos termos dos Estatutos da Ambisousa, a dotação anual para reforço da reserva legal não pode ser inferior a 10 % do resultado líquido do exercício, deduzido da quantia necessária à cobertura dos prejuízos transitados.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (artº 296 do CSC).

Incluída nas Reservas Legais encontra-se a verba de 1.389.971,97€ como “Reserva para Investimentos Futuros”.

Capital Próprio	31-12-2018	31-12-2017
Reservas		
Reservas Legais	642.561,95	509.562,10
Outras Reservas		
Reservas Livres	5.523.206,69	5.523.206,69
Reserva para Investimentos Futuros	1.389.971,97	192.973,27
	7.555.740,61	6.225.742,06

Nota 14.8 Outras Variações do Capital Próprio

Capital Próprio	31-12-2018	31-12-2017
Outras Variações no Capital Próprio		
Saldo inicial	175.691,85	216.916,48
Subsídio POSEUR 50 - “Reforço da recolha seletiva e triagem de resíduos urbanos”	2.176.832,79	108.231,97
Subsídio POSEUR 51 – “Reforço da compostagem doméstica de RUB”	46.457,81	89.279,75
Quota Pan-Eco	0,00	510,00
Amortização de Subsídio	-472.846,35	-252.954,99
Reversão de Imposto Diferido Passivo	12.998,67	13.708,64
Ajustamento de Imposto Diferido Passivo	-381.774,51	0,00
Saldo final	1.557.360,26	175.691,85

O aumento desta rubrica está relacionado com o recebimento do subsídio ao investimento não reembolsável das candidaturas ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR). A Ambisousa viu aprovada em julho de 2016 uma candidatura para “Reforço da compostagem doméstica de RUB” (POSEUR-03-1911-FC-000051), materializada na aquisição e distribuição de 4.000 compostores domésticos pela população do Vale do Sousa. O custo total do investimento previsto é de 171.675 €, sendo a contribuição do fundo de coesão de 141.923 €, correspondente a uma taxa de cofinanciamento de 85%.

Para além desta candidatura, a Ambisousa viu aprovada em 2016 uma segunda candidatura para “Reforço da recolha seletiva e triagem de resíduos urbanos” (POSEUR-03-1911-FC-000050). Esta candidatura consiste na reformulação das atuais estações de triagem de Lustosa e Penafiel e visa canalizar fluxos diferenciados da recolha seletiva para cada uma das instalações, tendo em vista a otimização e o reforço das estações de triagem. Nesta candidatura está prevista a “Reformulação dos Centros de Triagem de Lustosa e Penafiel” e o reforço e densificação da atual rede de ecopontos em 461 unidades. O custo total do investimento previsto é de 6.392.978 €, sendo a contribuição do fundo de coesão de 5.218.942,63 €, correspondente a uma taxa de cofinanciamento de 85%.

Nota 14.9 Garantias prestadas

As garantias prestadas estão espelhadas no seguinte quadro:

Beneficiário	Prestada por:	Finalidade	2018	2017
CCDR	Ambisousa	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na Licença de Exploração n.º 3/2006/INR	18.750,00	18.750,00
CCDR	Ambisousa	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na Licença de Exploração n.º 11/2006/INR	18.750,00	18.750,00
CCDR	Ambisousa	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na Licença de Exploração n.º 01/2010/CCDRN	15.875,17	15.875,17
CCDR	Ambisousa	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na renovação da Licença de Exploração n.º 11/2006/INR	134.000,00	134.000,00
Total			187.375,17	187.375,17

Nota 15. Outras informações

Nota 15.1 Estado e outros entes públicos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Saldos a pagar	31-12-2018	31-12-2017
Imposto sobre o Rendimento	69.999,70	14.135,80
Retenção de imposto sobre rendimento	3.417,01	2.656,90
Imposto sobre o Valor Acrescentado	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	15.704,85	13.079,95
	89.121,56	29.872,65
Saldos a receber	31-12-2018	31-12-2017
Imposto sobre o Rendimento	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado	208.790,22	141.400,85
	208.790,22	141.400,85

Nota 15.2 Diferimentos

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

Diferimentos	31-12-2018	31-12-2017
Seguros	42.081,47	41.667,44
Outros gastos a reconhecer	1.470,01	1.311,48
	43.551,48	42.978,92

Nota 15.3 Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Fornecimentos e Serviços Externos	31-12-2018	31-12-2017
Trabalhos especializados	1.251.813,06	1.412.879,20
Publicidade e propaganda	87.654,08	72.835,41
Vigilância e segurança	142.301,15	140.336,15
Honorários	12.225,00	36.650,00
Conservação e reparação	200.802,90	264.365,31
Outros serviços	25.752,07	41.232,18
Materiais	83.319,01	41.795,41
Energia e Fluidos	56.749,86	57.021,44
Rendas e Alugueres	92.778,25	48.491,52
Comunicações	6.333,42	7.032,74
Seguros	48.888,25	51.428,07
Outros serviços Diversos	16.543,23	18.237,38
	2.025.160,28	2.192.304,81

***Decomposição dos trabalhos especializados:**

Rubricas	31-12-2018	31-12-2017
Tratamento Lixiviados	426.390,30	219.406,23
Controlo analítico dos Aterros	16.621,22	12.949,12
Produção de Energia Lustosa	130.920,49	264.538,46
Contrapartida aos Municípios	269.892,41	558.418,19
Consultoria	55.199,37	67.927,68
Produção Energia Penafiel	248.438,43	233.084,75
Serviços diversos	104.350,84	56.554,77
TOTAL	1.251.813,06	1.412.879,20

Dentro dos trabalhos especializados as maiores oscilações encontram-se na rubrica “Tratamento de Lixiviados” em que houve um aumento significativo devido às condições atmosféricas.

Os custos com a “Produção de Energia de Lustosa” baixaram devido ao fim da concessão de 10 anos, em 30/07/2018, da exploração da Central de Valorização Energética do Biogás de Lustosa.

A “Contrapartida aos Municípios” tinha em 2017 um valor mais alto devido à liquidação da dívida do Municípios de Paços de Ferreira, que recebeu os valores de contrapartida retidos dos anos anteriores.

O aumento dos “Serviços diversos” deve-se essencialmente aos custos com o desvio de cargas da Estação de Triagem de Lustosa para a Estação de Triagem de Penafiel, devido à obra da “Reformulação dos Centros de Triagem”.

Nota 15.4 Gastos com pessoal

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Gastos com Pessoal	31-12-2018	31-12-2017
Remunerações dos Órgãos Sociais	1.344,09	15.914,96
Remunerações do Pessoal	606.505,56	490.062,88
Encargos Sociais	129.555,89	108.884,13
Seguro de Saúde	16.247,67	15.427,06
Outros gastos com o pessoal	42.829,94	37.553,23
	796.483,15	667.842,26

Os Órgãos Sociais da Ambisousa não são remunerados.

O aumento dos custos de pessoal deve-se essencialmente ao acompanhamento do salário mínimo nacional e ao aumento do número de funcionários nomeadamente os necessários para o início da nova atividade da Recolha Seletiva.

O número de pessoas ao serviço da empresa é o seguinte:

	2015	2016	2017	2018	Variação 17/18
Contratados sem termo	36	38	39	37	-2
Contratados a termo incerto	1	1	1	1	-
Contratados a termo certo	2	3	5	12	+7
Contrato de trabalho em comissão de serviços	0	0	0	1	+1
TOTAL	39	42	45	51	+6

Nota 15.5 Outros rendimentos e ganhos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Rendimentos e Ganhos	31-12-2018	31-12-2017
Rendimentos Suplementares	26.455,08	2 575,35
Imputação de Subsídio	472.846,35	252 954,99
Correções relativas a exercícios anteriores	5.303,51	362 866,85
Outros	1.037,32	1,00
Juros Obtidos	27.051,97	19 328,60
	532 694,23	637 726,79

Nota 15.6 Outros gastos e perdas

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Gastos e Perdas	31-12-2018	31-12-2017
Impostos	89.293,21	47.318,85
Quotizações	11.240,00	11.000,00
Correções relativas a períodos anteriores	594,91	726.429,99
Atualização da Provisão	8.986,00	26.416,00
Outros custos	3.651,95	4.224,28
	113.766,07	815.389,12

A rubrica dos Outros Gastos e Perdas, teve uma redução significativa devido à contabilização do perdão de juros de mora que tinham sido debitados ao Município de Paços de Ferreira, na sequência do acordo celebrado em 31/12/2014, que ocorreu em 2017.

Nota 15.7 Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Gastos de depreciação e amortização	31-12-2018	31-12-2017
Ativos tangíveis	910.087,82	675 355,57
Ativos intangíveis	68.370,10	74 585,04
	978 457,92	749 940,61

Nota 15.8 Juros e gastos similares suportados

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Juros e Gastos similares Suportados	31-12-2018	31-12-2017
Juros suportados	0,00	6,77
	0,00	6,77

Nota 15.9 Subsídios à exploração

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Subsídios à exploração	31-12-2018	31-12-2017
Candidatura Cheque-formação IEFP	700,00	0,00
Candidatura POSEUR 120 - Ações de educação e sensibilização para a valorização de Resíduos Urbanos (RU)	6.387,75	0,00
	7.087,75	0,00

A candidatura das “Ações de Educação e Sensibilização com vista à valorização de resíduos” foi aprovada pelo POSEUR em 2017, integrando um “Plano das ações de educação e sensibilização com vista à valorização de resíduos urbanos”. Esta candidatura, com um custo total de 117 000€, foi apoiada em 85% pelo POSEUR, o que significa que a Ambisousa apenas terá de suportar 17 550€. Esta candidatura será para executar durante os anos de 2018 e de 2019.

Nota 15.10 Outros investimentos financeiros

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Subsídios à exploração	31-12-2018	31-12-2017
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)	1.419,91	628,10
	1.419,91	628,10

Nota 16. Acontecimentos após a data do balanço

A data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração foi 19 de março de 2019.

Não existem quaisquer acontecimentos entre a data do balanço e a data de autorização para emissão que não estejam já registados ou divulgados nas presentes demonstrações financeiras.

Nota 17 - Litígios e Contingências

1. No decorrer do exercício de 2007 foi impugnada a decisão da Inspeção Geral do Ambiente em aplicar uma coima no valor de 12.500,00 €, da qual se apresentou recurso. No exercício de 2008 fomos informados de que a coima foi reduzida para 8.000,00 €. Mesmo assim foi interposto recurso para o Tribunal da Relação. Aguardamos decisão do recurso.

2. No decorrer do exercício de 2018 foi impugnada a decisão de adjudicação do procedimento “Fornecimento de viaturas pesadas para recolha seletiva de resíduos urbanos”, pelo concorrente MAN TRUCK & BUS PORTUGAL SOCIEDADE UNIPessoal, LDA., que segue a forma de Processo Contencioso Pré-Contratual.

Notificada de tal processo, a Ambisousa apresentou requerimento nos termos do qual pugna *in fine* pelo levantamento do efeito suspensivo automático dos efeitos do ato impugnado. Até ao momento não há qualquer decisão.

Nota 18 – Informações exigidas por diplomas legais

Art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade Ambisousa, EIM., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Art.º 324.º do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade Ambisousa, EIM não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Art.º 21.º do Decreto-Lei n.º411/91 de 17 de setembro

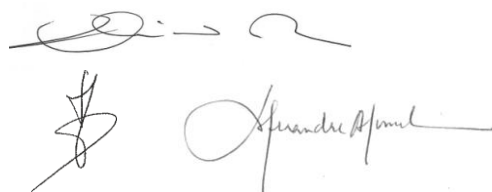
Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Sector Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2018, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

Lousada, 19 de março de 2019

O Contabilista Certificado nº 21838



O Conselho de Administração,



Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Ambisousa - Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos, E.I.M. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 17.035.868 euros e um total de capital próprio de 10.077.483 euros, incluindo um resultado líquido de 364.382 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Ambisousa - Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos, E.I.M. em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 25 de março de 2019

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Sandra Sousa Amorim

Sandra e Sousa Amorim - ROC n.º 1213
Registada na CMVM com o n.º 20160824

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Ambisousa - Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos, E.I.M. (a Entidade), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- ▶ Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Entidade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- ▶ Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Entidade;
- ▶ Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades provenientes do acionista, colaboradores da sociedade e outros;
- ▶ Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- ▶ Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato da sociedade; e
- ▶ Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da Boavista, 36, 3º
4050-112 Porto
Portugal

Tel: +351 226 002 015
Fax: +351 226 000 004
www.ey.com

Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de Ambisousa - Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos, E.I.M. nos termos do artigo 420 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2018 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros ao acionista previstos no Código das Sociedades Comerciais e no contrato da sociedade;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2018 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2018, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Porto, 25 de março de 2019

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Sandra e Sousa Amorim (ROC n.º 1213)
Registada na CMVM com o nº 20160824



Imprima este Relatório a preto
e branco e em papel reciclado.

O Ambiente agradece!

Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos, EIM
Av. Sá e Melo, n.º 30, Cristelos 4620-009, Lousada | www.ambisousa.pt